Parte III
A entrevista

Nesta parte estaremos tratando do cerne do trabalho com a história oral — ali onde a investigação e a prática científicas se aliam e produzem resultados. É na realização de entrevistas que se situa efetivamente o fazer a história oral; é para lá que convergem os investimentos iniciais de implantação do projeto de pesquisa, e é de lá que partem os esforços de tratamento do acervo. Por seu papel central, esta etapa deve ser objeto de todo cuidado e dedicação da parte dos pesquisadores. Isso significa, entre outras coisas, investir seriamente na elaboração dos roteiros, produzir os instrumentos de controle e de acompanhamento da entrevista, cuidar da carta de cessão de direitos do depoimento e, principalmente, ter consciência da especificidade da relação que se estabelece com o entrevistado.

5. O início da pesquisa

5.1 Pesquisando o objeto de estudo

Uma vez implantado o programa de história oral e definido seu projeto de pesquisa, a primeira atividade para a qual se devem voltar os pesquisadores é a investigação exaustiva do objeto de estudo, em fontes primárias e secundárias, com o objetivo de obter uma base firme de conhecimento do tema, que garanta a qualidade dos trabalhos subsequentes. É conhecendo e estudando o material disponível em arquivos, bibliotecas e outras instituições que os pesquisadores do programa estarão se preparando para desempenhar todas as atividades vinculadas à produção das entrevistas.

Na história oral, a pesquisa e a documentação estão integradas de maneira especial, uma vez que é realizando uma *pesquisa*, em arquivos, bibliotecas etc., e com base em um projeto que se produzem entrevistas, as quais se transformarão em *documentos*, que, por sua vez, serão incorporados ao conjunto de fontes para novas pesquisas. A relação da história oral com arquivos e demais instituições de consulta a documentos é, portanto, bidirecional: enquanto se obtém, das fontes já existentes, material para a pesquisa e a realização de entrevistas, estas últimas tornar-se-ão novos documentos, enriquecendo e, muitas vezes, explicando aqueles aos quais se recorreu de início.

É possível objetar, entretanto, que não é todo tema escolhido para a pesquisa em história oral que se presta a uma investigação aprofundada em outras fontes: muitas vezes escolhem-se temas sobre os quais não há documentos ou obras secundárias disponíveis nas instituições usualmente procuradas. Essa ideia, contudo, não se verifica integralmente se compreendermos o sentido dessa pesquisa aprofundada. Digamos, por exemplo, que a escolha do tema tenha recaído sobre uma comunidade rural em determinado período da história brasileira, sobre a qual nada tenha sido escrito e cujos membros não costumam registrar sua atuação em documentos ou outras fontes escritas. À primeira vista, os pesquisadores não teriam onde aprofundar seus conhecimentos sobre o objeto da pesquisa. Entretanto, para aperfeiçoar seus objetivos e o enfoque de trabalho, podem começar consultando estudos já realizados sobre comunidades rurais, passando em seguida para o exame de obras relativas ao período da história brasileira em que inseriram a pesquisa, com atenção especial para os assuntos e acontecimentos vinculados à questão da terra. Os pesquisadores também podem ampliar seu conhecimento do tema recorrendo a trabalhos sobre a história da região onde se fixou a comunidade em questão. É possível ainda consultar arquivos locais, tanto civis quanto paroquiais, como também periódicos e anais das câmaras de vereadores dos municípios vizinhos para inteirar-se dos acontecimentos sociais marcantes que envolveram aquela comunidade, bem como das relações políticas e econômicas vigentes no período. Por fim, durante esta investigação aprofundada, os pesquisadores podem descobrir novas fontes de consulta, relevantes para seu processo de formação e incursão no tema.

Tais procedimentos não diferem daqueles que devem ser adotados quando se trata de um tema cujo material de pesquisa é mais acessível. Nestes casos, a investigação aprofundada deve igualmente

passar por fontes secundárias, obras de análise e documentos públicos e privados, com o objetivo de compreender o período e inteirar-se dos acontecimentos e das situações políticas, econômicas e sociais.

Ampliar e aprofundar o conhecimento sobre o tema não significa passar a saber tudo a seu respeito, mesmo porque, se isso fosse possível, não haveria sequer necessidade de prosseguir na pesquisa e procurar conhecer ainda mais através das entrevistas. Entretanto, essa medida é fundamental para a produção dos documentos de história oral, desde a elaboração do roteiro até o tratamento das entrevistas. É conhecendo amplamente o tema que o pesquisador pode otimizar seu desempenho e imprimir à produção dos documentos de história oral um alto grau de qualidade. Será possível, por exemplo, situar com bastante clareza a atuação de determinado entrevistado com relação ao objeto estudado e preparar-se para dele obter um depoimento de grande valor para a pesquisa, formulando perguntas enriquecedoras para o diálogo e reconhecendo respostas significativas. As informações obtidas durante a pesquisa podem transformar-se em incentivo para o entrevistado no momento da entrevista, já que encontrará diante de si um interlocutor versado nos assuntos em questão, capaz, inclusive, de auxiliá-lo no esforço de recordação. Por outro lado, a equipe de pesquisadores assim preparada pode reconhecer respostas insatisfatórias ou lacunas no depoimento, sendo possível apontá-las, seja no decorrer da entrevista, solicitando o esclarecimento da parte do entrevistado, seja ao longo do processamento, indicando, com notas, sua ocorrência. A constatação dessas situações, viabilizada pelo conhecimento aprofundado do tema, pode incidir mais tarde sobre a análise das entrevistas: o pesquisador capacitado deve perguntar-se a respeito das razões e dos significados das respostas do entrevistado e incorporar essa reflexão à avaliação do trabalho realizado.

Sem esta investigação aprofundada sobre o tema, corre-se o risco de subaproveitar o potencial do trabalho com a história oral, uma produção intencional de documentos com a participação ativa dos pesquisadores. É claro que quanto mais bem preparados estiverem estes últimos, melhor será o resultado do trabalho. É por isso que insistimos na importância da pesquisa exaustiva antes mesmo de se iniciarem as entrevistas.

A preparação da equipe deve ir além do conhecimento aprofundado sobre o tema; ela inclui a integração dos membros e a prática do trabalho em conjunto. Desde o início da pesquisa, é necessário que os pesquisadores se reúnam, discutam o projeto e troquem as informações obtidas na investigação aprofundada sobre o tema, a fim de refletir, em grupo, a respeito das atividades subsequentes. A integração da equipe e o conhecimento claro do projeto e do tema beneficiam e enriquecem o andamento da pesquisa, que depende, em todas as etapas, da cooperação e do trabalho em conjunto. Essa medida também se aplica aos consultores, estagiários, transcritores e copidesques, além do técnico de som. É conveniente que todos esses profissionais tenham conhecimento do projeto de pesquisa e, na medida em que orientem seu trabalho, das informações obtidas com a pesquisa exaustiva. É importante que as tarefas sejam desempenhadas em colaboração com toda a equipe, havendo consultas e auxílios recíprocos e discussão conjunta dos problemas enfrentados, a fim de que as soluções se apresentem firmes, em consequência da reflexão de todo o grupo.

5.2 Roteiro geral de entrevistas

O roteiro geral de entrevistas deve ser elaborado com base no projeto e na pesquisa exaustiva sobre o tema. Sua função é dupla: promove a síntese das questões levantadas durante a pesquisa em fontes primárias e secundárias e constitui instrumento fundamental para orientar as atividades subsequentes, especialmente a elaboração dos roteiros individuais.

O momento de elaboração do roteiro geral encerra a oportunidade de reunir e estruturar todos os pontos levantados durante a pesquisa, seguindo os objetivos estabelecidos no projeto. Nesse sentido, trata-se de um esforço de sistematizar os dados levantados até então e de articulá-los com as questões que impulsionam a pesquisa. Como primeiro passo, cabe fazer constar no roteiro geral uma cronologia minuciosa dos acontecimentos ocorridos no período que se quer investigar e considerados relevantes em relação aos objetivos do estudo. Ao mesmo tempo, convém acrescentar a essa cronologia informações relativas às análises dos autores consultados, julgadas procedentes e significativas para o estudo, bem como remeter para documentos-chave considerados representativos de determinados itens arrolados. Cabe registrar, junto de cada item da cronologia, a fonte de onde se extraiu aquela informação (por exemplo, o título de um livro, seu autor e o número da página), para que se possa checar o dado sempre que necessário. Reunindo-se tais elementos no roteiro geral, ter-se-á uma visão abrangente e ao mesmo tempo aprofundada daquilo que já se sabe do objeto de estudo e daquilo que se quer saber através das entrevistas.

E assim chegamos à segunda função do roteiro geral: ele servirá de base para a elaboração dos roteiros individuais e, posteriormente, de instrumento de avaliação dos resultados da pesquisa. Como sugere o nome, trata-se de um roteiro amplo e abrangente, que contém todos os tópicos a serem considerados na realização de cada entrevista, garantindo a relativa unidade do acervo produzido. É importante que, nas entrevistas realizadas, os pesquisadores procurem abarcar as questões que foram definidas como gerais a todos os entrevistados. Se, por exemplo, no roteiro geral constar a Revolução de 1932, todos os entrevistados poderão ser perguntados a respeito, mesmo que não tenham participado diretamente do evento, ou ainda que tenham estado fora do país na ocasião. Se, por

exemplo, um depoente tinha menos de 10 anos à época, mesmo assim convém que lhe seja proposta a questão, porque ele pode se lembrar de alguns aspectos que lhe chamaram a atenção quando criança ou de comentários que ouvia em casa da parte dos adultos. Se esteve afastado do país, pode revelar sua reação e suas impressões quando recebeu a notícia da revolução. O fato de determinada questão constar no roteiro geral não significa, portanto, que será tratada da mesma forma em todas as entrevistas, nem tampouco que terá pesos iguais. Ao contrário: a preocupação em abordá-la permite justamente que se comparem versões diferentes sobre o mesmo assunto, dadas pelas posições também diferentes que os entrevistados ocupavam e ocupam em relação ao tema.

Suponhamos, por exemplo, que o roteiro geral não seja empregado em determinada pesquisa. Nesse caso, é bem provável que as entrevistas versem sobre assuntos desconexos entre si, difíceis de serem comparados. Determinado entrevistado pode ser solicitado a discorrer apenas sobre certo aspecto do tema, mesmo que sua experiência e sua atuação o autorizem a falar sobre os demais, enquanto outro entrevistado, igualmente capaz, pode ser conduzido a tratar exclusivamente de outro aspecto do tema. Dessa forma, ambas as entrevistas, seguindo direções diversas, dificilmente poderão se prestar a uma análise comparativa, devido à ausência de unidade em sua condução. A unidade dada pelo roteiro geral permite que se identifiquem divergências, recorrências ou ainda concordâncias entre as diferentes versões obtidas ao longo da pesquisa, aprofundando-se as possibilidades de análise do acervo.

5.2.1 Exemplo de roteiro geral de entrevistas

Nos primeiros anos de funcionamento do Programa de História Oral do Cpdoc, quando nosso principal projeto consistia no estudo das trajetórias e do desempenho das elites políticas brasileiras, trabalhávamos com um roteiro bastante abrangente, formulado em função do tema continente que orientava a linha do acervo. Tal roteiro era basicamente adotado em entrevistas de história de vida e tinha o objetivo de cobrir amplamente a trajetória dos entrevistados. Era importante abarcar tanto a formação desses atores — sua situação social, as atividades de que participavam na infância e adolescência, as influências que sofreram e assim por diante —, quanto seu caminho de ingresso na política, os laços que estabeleciam, as redes de relações que mantiveram com outros atores etc.

Os tópicos que integravam esse roteiro geral estão reproduzidos a seguir, com o intuito de fornecer um exemplo de como tais roteiros podem ser elaborados. Caberá, evidentemente, a cada programa definir a estrutura do roteiro adequado ao seu tema continente, orientando-se pelos objetivos traçados no projeto de pesquisa.

Exemplo de roteiro geral para entrevistas de história de vida

I. Socialização

I.1 Posição da família na política regional e/ou nacional e papel da família no processo de socialização política do entrevistado:
- a) antepassados — tradição familiar — conhecimento da família e do mundo através da família por ouvir contar
- b) avós / pais / irmãos — influência sobre o entrevistado; suas carreiras e profissões
- c) intercasamentos na família — importância do casamento para a vida política da família; aliança de interesses
- d) pessoas que frequentavam a casa — o entrevistado foi marcado por presenças?; como eram as experiências de convívio e de “ouvir a conversa dos grandes”?
- e) religião
- f) leituras em/da família, incluindo periódicos

I.2 Posição econômica da família:
- a) papel e função de cada membro da família em casa e no mundo
- b) organização do cotidiano — horários, hábitos
- c) espaço físico da casa
- d) meios de transporte utilizados e bens materiais como imóveis, automóveis, telefone etc.

I.3 Transformações na estrutura familiar:
- houve cortes? de que tipo? suas causas e efeitos

I.4 Cultura política regional e de geração:
- a) relação com o mundo exterior
  - amigos
  - diversões, namoros, bailes
  - atividades culturais e esportivas
  - espaço por onde circulava; bairros

- meios de transporte utilizados
- associações (maçonaria etc.)

b) acontecimentos políticos e sociais, nacionais e internacionais, de relevância na juventude
- arrolar os acontecimentos políticos
- doenças, epidemias
- catástrofes e tragédias

I.5 Formação intelectual e profissional:

a) influência da família e de outras pessoas na formação e nas opções profissionais

b) estudos — colégio e faculdade
- figuras marcantes nos estudos — colegas e professores — seus perfis
- avaliação do sistema de ensino, do clima e do ambiente na escola: atividades extracurriculares proporcionadas pela instituição, rotina, atividades obrigatórias, relacionamento com os docentes e os colegas
- desempenho pessoal como aluno
- movimento estudantil, grêmios, jornais
- espírito corporativo (para militares)

c) leituras

d) línguas estrangeiras — leitura nos originais

e) viagens — impressões, influência na mudança da visão de mundo

f) influências que povoam o espírito — leituras e pessoas fortes, com as quais se firmam laços mais permanentes e por quê

II. Ingresso na política

II.1 Relações com a "socialização" — como aqueles diversos aspectos da socialização levaram à opção política:

a) influências pessoais
- amigos
- família
- professores

} perfis

- colegas de profissão

b) concepções ideológicas que nortearam sua atividade política
- influências

II.2 Quais os canais de ingresso na política:
- grupos e associações
- partidário-eleitorais
- cooptação para cargos públicos
- canais revolucionários

} Quem fazia parte, quais eram os líderes? – seus perfis

III. Ao longo da carreira

III.1Atuação política:

III.1.1Do entrevistado

a) cargos que exerceu — biografia
- como e por que foi designado e promovido, quais os requisitos para sê-lo
- quais eram suas atribuições e como desincumbiu-se das funções: rotina e prática de trabalho
- pessoas com as quais conviveu — perfis
- dificuldades que encontrou

b) desempenho em acontecimentos e conjunturas econômicas, políticas e sociais relevantes
- arrolar os acontecimentos e as conjunturas conforme sua geração — como atuou? onde estava?
- como reagiu

- como os avaliou e avalia
- perfis de pessoas marcantes envolvidas nesses acontecimentos

c) articulações que fez visando a continuação da ação política
- institucionalizadas (item III.1.2) — sindicatos, partidos, órgãos públicos...
  i. de que forma adequou-se (ou não) a essas formas institucionalizadas?
  ii. dificuldades, conflitos, relações estabelecidas e perfis de pessoas marcantes
  iii. campanhas eleitorais e participação no processo eleitoral — composição de chapas, organização das campanhas, financiamentos, plataforma e propaganda
- não institucionalizadas
- grupos de interesse, seus membros, líderes — perfis
- vida social e atividade política (“o que o senhor fazia quando não estava na Câmara? ”): reuniões, conversas ao pé do ouvido, jantares e recepções
- intercasamentos

[.1.2- Do(s) grupo(s) de que fez parte
- relacionamentos com os companheiros
- relacionamentos entre os grupos
- momentos de conflito — definição de adversários e aliados
- líderes
- lógica interna ao(s) grupo(s)
  - mecanismos de ascensão individual (contrapor com a lógica própria do entrevistado)
  - tomada de decisões
  - estabelecimento de diretrizes políticas
  - distribuição e hierarquização de cargos

III.2Outros aspectos que influenciam a vida política:

III.2.1Vida política — vida privada
- influências da vida política na vida familiar e vice-versa (intercasamentos)
- influências da vida política na vida profissional e vice-versa

III.2.2Meios de comunicação e transporte e a política
- condições enfrentadas pelo entrevistado para efetuar as articulações: cartas, telefonemas, telegramas, uso e eficácia do rádio, da imprensa e da televisão
- transportes utilizados nas campanhas e viagens

III.2.3Transferências de locais de moradia e a política
- influências na vida privada
- impressões sobre os novos locais de moradia
- repercussão na atividade política

III.2.4Outros...

6. Preparação de uma entrevista

6.1 Primeiras providências

6.1.1 Seleção do entrevistado

Diante da lista de entrevistados em potencial, já apresentada no projeto, e com os conhecimentos adquiridos por meio da pesquisa exaustiva e da elaboração do roteiro geral de entrevistas, é chegado o momento de escolher a primeira, ou as primeiras, pessoa(s) a ser(em) entrevistada(s). Essa escolha dependerá de algumas estratégias fixadas pela equipe para o início da pesquisa, em função de aspectos que variam conforme cada caso específico. Ela pode recair sobre figuras de atuação destacada em relação ao tema, julgadas mais representativas e cujos depoimentos pareçam essenciais para a realização das demais entrevistas. Pode também condicionar-se pela idade dos indivíduos listados, mostrando-se preferível começar a entrevistar os mais idosos, enquanto ainda dispõem de condições físicas para prestarem seu depoimento. É possível ainda que a escolha dos primeiros entrevistados recaia sobre atores e/ou testemunhas menos estratégicos, à medida que seus depoimentos possam fornecer subsídios para a elaboração dos roteiros das entrevistas de maior peso. Finalmente, pode ser adequado iniciar a pesquisa entrevistando aqueles aos quais se tenha alguma facilidade de acesso, e que podem, a partir da relação estabelecida, mediar novos contatos no interior do conjunto listado.

6.1.2 Escolha dos entrevistadores

Escolhida a primeira, ou as primeiras, pessoa(s) a entrevistar, deve-se determinar quais pesquisadores do conjunto da equipe se ocuparão daquela(s) entrevista(s), considerando-se a relação de dois

pesquisadores para cada entrevistado. A escolha dos entrevistadores deve levar em conta seu interesse e sua especialização. Digamos, por exemplo, que, entre os entrevistados em potencial de uma pesquisa sobre a história de uma empresa, haja economistas, administradores, políticos e militares. Apesar de todos os pesquisadores estarem preparados para entrevistar qualquer depoente da lista, em virtude do estudo aprofundado em fontes primárias e secundárias sobre a história da empresa, pode-se alcançar o aproveitamento ótimo da equipe se forem considerados a formação, a especialização e o interesse de cada pesquisador. Assim, por exemplo, aquele que tem uma formação mais voltada para a abordagem econômica poderá ser mais capacitado para entrevistar os economistas, enquanto o pesquisador familiarizado com o estudo sobre militares pode ser indicado para os depoimentos deste setor. Por outro lado, isso não quer dizer que apenas aqueles que têm formação econômica podem entrevistar os economistas e assim por diante, porque, dependendo dos propósitos da pesquisa, pode ser conveniente que um pesquisador com outros interesses e outra especialização também faça parte da produção daquele documento de história oral, chamando a atenção para outros aspectos da experiência do entrevistado que não os especificamente econômicos. Assim, convém que entre os entrevistadores haja também diferenças de formação, concorrendo para o enriquecimento da entrevista.

Pergunta-se, com certa frequência, se entre entrevistado e entrevistador pode haver uma relação anterior àquela estabelecida por ocasião do primeiro contato para a entrevista, ou seja, se o fato de ambos se conhecerem previamente é prejudicial ao depoimento. Isto também constitui fator a considerar quando da escolha dos pesquisadores encarregados de uma entrevista. Como regra geral, podemos dizer que este conhecimento anterior não prejudica a produção do documento de história oral, apesar de nela interferir, porquanto o próprio diálogo e as avaliações recíprocas entre entrevistado e entrevistador situar-se-ão sobre bases diferentes do que se não houvesse algum tipo de relação anterior. Uma entrevista será sempre produto de uma situação singular, a relação entre entrevistado e entrevistador, estabelecida de acordo com a imagem que se fazem de si mesmo e do outro, sendo o conhecimento prévio entre ambos — se houver — mais um entre os muitos dados sobre os quais cada um constrói estas imagens. Há que se considerá-lo e refletir sobre seu peso na relação, pois se este conhecimento prévio, por suas características, implicar um retraimento do entrevistado, será melhor escolher outro entrevistador.

6.1.3 Contato inicial

Definidos os pesquisadores que se encarregarão das primeiras entrevistas, caberá a eles entrar em contato com os entrevistados escolhidos e procurar deles obter o acordo em participar da pesquisa. Esse contato inicial é muito importante porque constitui um primeiro momento de avaliação recíproca, base sobre a qual se desenvolverá a relação de entrevista. Ele pode ser feito por telefone, por carta ou e-mail, ou ainda, se não houver outro meio de acesso ao entrevistado, mediante uma primeira visita. Pode-se procurar já agendar a entrevista, mas, se for necessário, convém sugerir uma conversa preliminar.

No primeiro contato com o entrevistado, cabe aos pesquisadores explicar o trabalho do programa e o método empregado na história oral, colocando o entrevistado a par dos propósitos da pesquisa. Por ocasião da conversa preliminar, pode-se levar ao entrevistado algum material já produzido pelo programa, como catálogos de entrevistas anteriores, folhetos explicativos, entrevistas processadas, livros publicados, para que possa inteirar-se das atividades desenvolvidas e certificar-se de sua seriedade.

É possível que o entrevistado se mostre reticente quanto ao teor das perguntas que se farão na entrevista e o uso posterior de seu depoimento. Neste caso, os pesquisadores devem assegurar-lhe que a entrevista de história oral não visa a informações de cunho sensacionalista ou a situações comprometedoras, e que o entrevistado terá o direito de não opinar sobre assunto que não queira, poderá embargar trechos da entrevista a consultas futuras, bem como solicitar aos pesquisadores que seja desligado o gravador enquanto discorre sobre determinado assunto.

O importante, nesse primeiro contato, assim como na relação de entrevista que irá se estabelecer, é, através do comportamento e da postura com relação ao entrevistado,

a) tornar claro que seu depoimento é de grande relevância para a pesquisa e que haverá muita satisfação, da parte dos pesquisadores, em ouvi-lo;

b) mostrar franqueza na descrição dos propósitos do trabalho e na condução das entrevistas. Não convém aos pesquisadores, sob pena de prejudicar tanto esta como outras relações com entrevistados, forjar uma imagem de si próprios e do programa que não corresponda à prática efetiva. Isto porque, se a entrevista seguir os rumos adequados a trabalhos deste gênero, haverá momentos em que será difícil sustentar uma imagem impostada, e o entrevistado poderá sentir-se ludibriado. Veremos adiante como é importante o fator confiança mútua para o enriquecimento do documento de história oral, e é preciso esforçar-se nesse sentido desde o primeiro contato com o entrevistado;

c) evidenciar o respeito que se nutre pelo entrevistado, enquanto sujeito produtor de significados

outros que os dos pesquisadores. Como são sua experiência e suas interpretações que se buscam em uma entrevista de história oral, é preciso mostrar ao entrevistado que não se tenciona modificar ou criticar sua forma de ver o mundo, suas crenças e opiniões.

O primeiro contato pode ser também ocasião de solicitar ao entrevistado documentos pessoais, currículo, fotografias e outros registros de seu passado, que serão considerados quando da preparação do roteiro individual de entrevista. E possível que, por seu valor particular, estes documentos não possam ser transportados pelos pesquisadores, sob o risco de serem extraviados ou ainda por zelo do entrevistado. Nesses casos, deve-se estabelecer um horário propício a ambas as partes para que os pesquisadores trabalhem com os documentos na residência ou em outro local designado pelo entrevistado, obtendo assim dados para a preparação da entrevista.

Pode ocorrer que, na conversa preliminar, o entrevistado se entusiasme pelo assunto e pela oportunidade de dar seu testemunho e discorra sobre suas experiências passadas. Nesse caso, convém tomar nota de suas opiniões e de seus relatos, para retomá-los mais tarde, ao longo da entrevista propriamente dita, quando o recurso do gravador permitir o registro de sua narrativa. As informações que o entrevistado fornece no primeiro contato com os pesquisadores também constituem, portanto, dados para a elaboração do roteiro individual.

6.1.3.1 Informando sobre a cessão de direitos da entrevista

O contato inicial com o entrevistado objetiva também colocá-lo a par das implicações contratuais de seu depoimento, informando-lhe sobre a existência do documento de cessão de direitos sobre entrevista. Trata-se de um documento por meio do qual o entrevistado cede ao programa os direitos sobre sua entrevista e sem o qual não há como abrir aquele depoimento para consulta. Dependendo de cada programa e das disposições colocadas por entrevistado, o teor desse documento pode variar bastante.[104] O importante, nesse momento, é deixar o entrevistado a par dessa prática, para que não seja surpreendido, ao final da entrevista, com uma formalidade da qual nem havia tomado conhecimento.

Há programas de história oral que estabelecem a prática de assinatura do documento de cessão de direitos antes de iniciar-se a entrevista, mas essa conduta não é muito adequada. Em primeiro lugar, porque uma pessoa simplesmente não pode assinar cessão de direitos sobre alguma coisa antes mesmo de ela existir. Em segundo lugar, porque o entrevistado não pode saber de antemão o que vai falar, muito menos sobre o que será indagado, sendo-lhe difícil assinar um documento que garanta ao programa o uso e mesmo a publicação de um conteúdo ainda desconhecido. Em terceiro lugar, porque essa prática é pouco apropriada para uma relação que está apenas começando, podendo o entrevistado sentir-se virtualmente enganado quando lhe solicitam a assinatura sobre algo que ainda vai acontecer. Por isso é preferível selar o contrato apenas ao final da entrevista, depois que a relação já se estabeleceu ao longo de horas de conversa e conhecimento mútuo, sendo reservado ao entrevistado o direito de modificar o teor da carta de cessão, fazendo as restrições que achar necessárias, inclusive embargando trechos cuja consulta julgue inconveniente.

Na negociação em torno da carta de cessão, no Cpdoc, procuramos seguir as recomendações do “Guia para realização de entrevistas”, reproduzido no apêndice deste manual (apêndice 2).

6.2 Roteiro individual

Agendada a entrevista após o contato inicial, os pesquisadores deverão elaborar o roteiro que servirá de base para as sessões de entrevista. Não convém desincumbir-se dessa tarefa antes do primeiro contato com o entrevistado porque pode acontecer de a realização da entrevista ser impossível: o entrevistado em potencial pode estar ocupado com uma série de compromissos durante longo período, pode simplesmente não querer dar o depoimento, ou ainda não estar em condições de saúde para a tarefa. Nesses casos, um investimento prévio mais aprofundado em sua biografia pouco contribuirá para o andamento da pesquisa. O aceite do entrevistado constitui, portanto, condição para dar início à preparação do roteiro individual.

6.2.1 Biografia do entrevistado

A importância da biografia do entrevistado na elaboração de um roteiro individual varia conforme o enfoque dado à entrevista, considerando-se sempre os objetivos da pesquisa. Em geral, quando se preparam entrevistas de história de vida, nas quais o interesse repousa sobre a trajetória de vida do sujeito, desde a infância até momentos atuais, o conhecimento de sua biografia é fundamental para a elaboração do roteiro. Já nos casos de entrevistas temáticas, nas quais o depoente é solicitado a falar apenas sobre determinado tema, um conhecimento exaustivo de sua biografia pode não ser tão relevante. Mas tanto em um caso como no outro devem-se considerar os dados biográficos do entrevistado quando da elaboração do roteiro da entrevista, a fim de obter melhores resultados no

momento de sua realização.

Suponhamos, por exemplo, uma entrevista temática sobre o Movimento X, com José de Sousa, que dele participou. Mesmo que, para a entrevista, não se considere relevante conhecer sua trajetória de vida, o fato de ter sido incluído na lista das pessoas a serem entrevistadas para aquela pesquisa já indica que pelo menos um aspecto de sua biografia era conhecido: sua participação no movimento. Ou seja, o conhecimento prévio da biografia do sujeito, mesmo que limitado a apenas um dado, constitui condição para iniciar-se uma entrevista de história oral. Agora, se ampliarmos este conhecimento no momento da preparação da entrevista, defrontar-nos-emos com novos dados a respeito de sua vida, que poderão sugerir questões e associações antes não aventadas, enriquecendo, portanto, a condução da entrevista.

Em termos práticos, conhecer sua biografia permite compreender melhor o relato de sua experiência, seu discurso e suas referências mais particulares. Por exemplo, se José de Sousa, ao longo de seu relato sobre o Movimento X, evocar, em função de uma comparação, outra experiência pessoal, anterior ou posterior, será mais fácil e até mais estimulante para o desenrolar da conversa se o entrevistador estiver a par dessa experiência, ou se puder situá-la em sua trajetória. Além disso, é geralmente benéfico para a relação de entrevista fazer o entrevistado perceber que seu caso foi estudado e que há efetivamente grande interesse em seu depoimento.

Nas entrevistas de história de vida, o estudo da biografia do entrevistado deve ser mais aprofundado, uma vez que é a trajetória de vida do sujeito que constitui o objeto daquela entrevista. Conhecê-la, portanto, no momento da elaboração do roteiro, é essencial para cobrir exaustivamente todos os acontecimentos e as experiências do depoente. Para isso, será necessário realizar nova pesquisa, desta vez centrada não tanto no tema e sim na vida do entrevistado. É chegado o momento de estudar seu currículo, procurar dados a seu respeito em arquivos públicos e privados, em periódicos e nos livros que eventualmente mencionem sua atuação no campo em que se especializou. Além disso, se o entrevistado escreveu artigos ou outros trabalhos, convém analisá-los, inteirando-se do conteúdo e de suas opiniões, que poderão ser cotejadas com o ponto de vista emitido durante a entrevista. É nesse momento também que se deve levantar e analisar o material particular do entrevistado, solicitado na ocasião do primeiro encontro: fotografias, diários, cartas e outros documentos pessoais que tenha concordado em ceder para a consulta dos pesquisadores.

Reunindo-se e organizando-se o material levantado nessa pesquisa, obtêm-se dois produtos que servirão de base para a elaboração do roteiro e de apoio para a realização das entrevistas: uma cronologia minuciosa da vida do entrevistado e o material resultante da análise das fontes, como alguns documentos, resumos, observações e anotações diversas. Ambos devem ser incorporados ao roteiro individual de entrevista, obtido pelo cruzamento desses dois produtos com o roteiro geral de entrevistas. Como já observado para o caso do roteiro geral, cabe registrar, junto de cada item da cronologia e do levantamento de dados, a fonte de onde se extraiu aquela informação (por exemplo, o título de um livro, seu autor e o número da página), para que se possa checar o dado sempre que necessário.

O material que resulta da análise dos documentos servirá ainda de apoio à entrevista durante sua realização, sendo possível recorrer a ele quando da discussão sobre determinado assunto. Digamos, por exemplo, que determinada fotografia encontrada durante a pesquisa seja significativa em função do tema e das hipóteses de trabalho. Os entrevistadores podem propor ao entrevistado que explique a fotografia (a época e o propósito que reuniram aquelas pessoas naquele local, por exemplo) ao longo da entrevista e, a partir desse documento, conversar sobre uma série de assuntos associados à situação fotografada. Suponhamos ainda que determinado entrevistado não se lembre de seu envolvimento com um grupo específico. Se, ao longo da pesquisa, for encontrada uma carta do entrevistado àquele grupo, é possível mostrar-lhe o documento e sugerir que fale de seu envolvimento com aquele grupo. Os resumos e as anotações realizados ao longo da pesquisa podem também ser consultados durante a entrevista. Pode-se, por exemplo, recorrer a um fichamento de uma obra do entrevistado, no momento em que ele se dispõe a falar sobre seu conteúdo. O entrevistador pode consultar suas anotações e pedir esclarecimentos, prática que certamente enriquecerá a conversa.

6.2.1.1 Quando o estudo prévio da biografia não for possível

Há casos em que o estudo prévio da trajetória de vida do entrevistado torna-se tarefa quase impossível, diante da inexistência de fontes. Digamos, por exemplo, que o objeto de estudo de uma pesquisa seja a formação e a organização interna de uma comunidade de pescadores sobre os quais não se dispõe, individualmente, de nenhum dado prévio, a não ser talvez os registros civis no cartório local. A elaboração do roteiro individual, nestes casos, não poderá servir-se de conhecimentos prévios sobre a biografia de cada entrevistado. Diante dessa impossibilidade, o pesquisador passa a contar apenas com os dados biográficos fornecidos pelo entrevistado no momento mesmo da entrevista, devendo refletir a seu respeito e estabelecer as devidas correlações quase que imediatamente, para, ainda durante a entrevista, lançar questões pertinentes sobre seus significados. Esse esforço concentrado exige do entrevistador uma apreensão sólida das questões contidas no roteiro geral de entrevistas, conferindo-lhe segurança suficiente para avaliar a importância das informações que obtém e inseri-las em um

contexto articulado.

Evidentemente, a necessidade desse esforço não se restringe a entrevistas cujos roteiros estejam incompletos. Mesmo em entrevistas extensamente preparadas, o entrevistador pode deparar-se com situações semelhantes, nas quais deve articular de imediato uma reflexão sobre informações que obtém naquele momento. A entrevista é também momento de aprendizado; se soubéssemos efetivamente *tudo* sobre o entrevistado, de que adiantaria ouvi-lo e entrevistá-lo?

Nos casos de entrevistas de história de vida em que o estudo prévio da biografia for impossível, pode ser adequado realizar previamente entrevistas de caráter exploratório, nas quais se solicite ao entrevistado um depoimento sobre sua trajetória de vida. Uma vez obtidos estes dados sobre sua biografia, o pesquisador pode meditar sobre sua relevância, levando em consideração o roteiro geral de entrevistas e, então, estar apto a elaborar o roteiro individual para aquele entrevistado.

6.2.2 Cruzando biografia e roteiro geral: elaboração do roteiro individual

Conforme explicado anteriormente, o roteiro geral de entrevistas tem a dupla função de sistematizar as questões levantadas durante a pesquisa exaustiva sobre o tema e servir de base para os roteiros individuais. O roteiro individual, por sua vez, decorre do cruzamento do roteiro geral com os resultados da pesquisa biográfica sobre o entrevistado, ou seja, um cruzamento entre o que há de particular àquele sujeito e o geral a todos os que foram listados, isto é, aquilo que se constituiu, ao longo da pesquisa, no conhecimento sobre o tema.

Importa, em primeiro lugar, conjugar a cronologia da vida do entrevistado com aquela que cobre os momentos históricos, os acontecimentos e as conjunturas do período escolhido. Para facilitar este trabalho, convém justapor ambas as cronologias dividindo uma folha de papel em duas colunas verticais, a primeira contendo informações tópicas acerca do tema estudado (extraídas do roteiro geral) e a segunda, os dados biográficos, ambas em ordem cronológica. As duas colunas apresentarão lacunas, que devem ser preservadas como tais, evidenciando a necessidade de cobri-las ao longo das entrevistas. Podemos, por exemplo, não saber o que o entrevistado fazia durante o movimento comunista de 1935: onde estava, que tipo de atividade exercia etc. Nesse caso, enquanto na primeira coluna constar a menção ao movimento, na segunda haverá um espaço em branco, possivelmente com um ponto de interrogação. As informações que preenchem as lacunas, ou mesmo aquelas que não foram previstas no roteiro, serão adquiridas ao longo do depoimento.

É interessante observar que esse tipo de ocorrência pode modificar o roteiro geral de entrevistas. Suponhamos que um entrevistado mencione um fato do qual os entrevistadores não tinham conhecimento e que esse fato tenha relação com o grupo estudado, do qual o entrevistado faz parte: uma reunião, por exemplo, na qual se decidiu algo importante. Diante de sua relevância e seu caráter inédito, vale a pena consultar os demais entrevistados a seu respeito, o que implica acrescentar esse fato ao roteiro geral de entrevistas. Note-se que o trabalho com a história oral é constantemente retroalimentado: conforme avançamos em sua realização, voltamos para modificar algo de seu início. Isso evidentemente exige uma integração da equipe, renovada em reuniões de trabalho, nas quais se troquem informações, reflexões e ideias e se decida, por exemplo, que os pesquisadores encarregados das demais entrevistas procurem obter informações sobre aquele fato antes desconhecido.

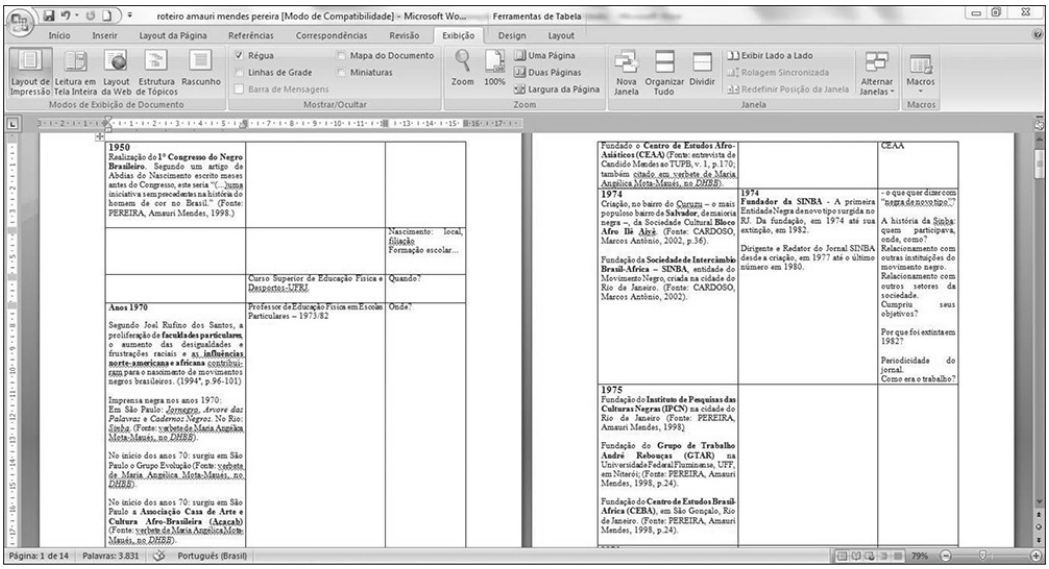
Além de haver lacunas no roteiro, pode ocorrer também o contrário. Ou seja, ao preparar o roteiro, podemos incluir informações sobre determinado assunto achando que o entrevistado saberá discorrer a seu respeito, mas, no momento da entrevista, verificamos que seu envolvimento com aquele tema destacado foi muito menor do que imaginávamos. Digamos, por exemplo, que na pesquisa biográfica realizada durante a preparação de uma entrevista, tenha sido constatado que o entrevistado nasceu em uma cidade gaúcha, junto à fronteira com o Uruguai. Sabendo-se da peculiaridade da vida na fronteira e de sua relevância para a formação dos grupos políticos do Rio Grande do Sul e para a história do estado como um todo, levantou-se material sobre o assunto e previu-se, no roteiro, um tópico a seu respeito: como havia sido a experiência do entrevistado enquanto morador de uma cidade de fronteira. Formulada a pergunta ao longo da entrevista, contudo, podemos surpreender-nos se o entrevistado responder que pouco pode informar-nos a respeito, já que, com poucos meses de vida, transferiu-se com a família para a capital. É no momento da entrevista, portanto, que os diversos tópicos contidos no roteiro vão se ajustando, adquirindo às vezes valores diferentes dos previstos.

A organização dos dados de forma tópica, em ordem cronológica e em colunas permite a visão geral do objeto de uma entrevista de história oral: a trajetória do sujeito na história. A justaposição das duas colunas facilita ao pesquisador depreender correlações entre ambas, resultando em questões interessantes. Se a carreira do entrevistado for política, por exemplo, pode-se relacionar os momentos de maior e de menor projeção com a conjuntura política vigente e, a partir daí, aventar sua vinculação a certo grupo ou pessoa. Num estudo de geração política, é possível supor esses vínculos a partir da formação do sujeito: se estudou na faculdade de direito X em determinado período, provavelmente fez parte da turma Y, que se destacou por desenvolver uma tendência política Z; pode ser então que tenha partilhado essa tendência. Esses poucos exemplos mostram como a história do sujeito e a história da sociedade e do grupo de que faz parte se relacionam continuamente. As observações, questões, dúvidas que resultam da relação entre as duas colunas devem ser anotadas ao lado, ou numa outra folha,

passando a fazer parte do roteiro.

O roteiro individual de entrevistas constitui, portanto, a justaposição das duas colunas — biografia e conjunturas sociais e históricas em ordem cronológica —, acrescida das anotações — também tópicas — decorrentes da reflexão sobre as relações entre ambas as colunas. Sua função é orientar os pesquisadores no momento da entrevista; é um roteiro aberto e flexível, que não deve ser seguido à risca e naquela ordem, não havendo sequer perguntas prontas a serem formuladas.

Exemplo de roteiro individual, com três colunas: “Contexto geral”, “Biografia” e “Questões”. No total, esse roteiro tem 17 páginas, das quais se veem duas nesta figura.



Imaginemos um exemplo. Estamos diante do senhor João Sá para começar uma série de entrevistas sobre sua vida. Temos um material considerável resultante da pesquisa: fichamentos, observações, o roteiro geral sobre o tema do projeto, eventualmente documentos. Em destaque, o roteiro individual, onde estão arrolados, em duas colunas, tópicos sobre o tema e sobre sua biografia. Começamos a entrevista pedindo que nos fale de suas origens familiares, seus pais, irmãos, sua casa, escolas etc. No roteiro, constam apenas sua data de nascimento, alguns dados sobre a família e eventualmente informações sobre as escolas que frequentou. O resto, ele nos contará. Assim, os dados do roteiro servem apenas para orientar-nos e ajudar-nos a acompanhar sua narração; não são perguntas prontas que devem ser respondidas à risca. Estamos numa relação diferente da que ocorre numa entrevista jornalística, por exemplo. Em primeiro lugar, ouvimos seu relato. Obviamente ele nos contará aquilo de que se lembrar no momento, e nossa função é estimulá-lo a lembrar. Digamos que, após falar um pouco sobre sua família, João Sá considere o assunto encerrado e fique em silêncio. Com o auxílio do roteiro individual, podemos lembrá-lo de mais alguma coisa: “Nós sabemos que seu avô esteve na guerra do Paraguai. O senhor pode nos falar um pouco sobre as histórias que contava?”. Ou ainda: “O senhor nasceu no bairro tal, onde viveu boa parte de sua infância. Pode contar-nos como era a vida nesse bairro naquela época?”. E assim por diante. O roteiro, então, nos ajuda a conduzir a entrevista, a não esquecer de perguntar algumas coisas, mas não é uma camisa de força.

Suponhamos ainda que, ao falar sobre a vida do bairro em que nasceu, João Sá evoque uma cidade X que visitou anos mais tarde, cujo comércio se parecia com o de sua infância. Esse tipo de salto ocorre com muita frequência na rememoração dos acontecimentos e das experiências de vida. Como temos diante de nós o roteiro individual, podemos acompanhar seu relato e verificar que provavelmente visitou aquela cidade no momento em que ocupava a função Y, que o obrigava a viajar pelo país. Podemos então perguntar se essa ideia se confirma e, se for o caso, aprofundar-nos nas características daquela função. O roteiro individual serve então como auxiliar na entrevista; a ordem cronológica não precisa ser seguida, servindo apenas de orientação ao pesquisador.

É claro que o roteiro individual de uma entrevista não constitui o único instrumento de orientação dos entrevistadores para a condução da entrevista, apesar de ser o mais estruturado e, por isso, mais acessível naquele momento. Pode acontecer que a certa altura o pesquisador lance uma questão que não estava prevista no roteiro individual e que lhe ocorreu em virtude de seu conhecimento profundo sobre o tema: determinado assunto tratado pelo entrevistado lembrou-lhe, por exemplo, um artigo específico, que, por questões de espaço ou por seu caráter muito particular, não foi incluído no roteiro individual. O pesquisador, contudo, sabe de sua existência e provavelmente tem seu fichamento e sua referência à mão, entre os materiais resultantes da pesquisa. Se julgar oportuno, pode perguntar ao entrevistado algo vinculado àquele artigo: “O autor X fala Y no seu artigo, e Y, de certa forma, contradiz o que o senhor falou há pouco. O que o senhor acha dessa opinião de X?”.

Há outras perguntas que podem ser feitas ao entrevistado sem que estejam previstas no roteiro

individual. A experiência de cada entrevistador pesa bastante na forma como conduz a entrevista. Ao falar de determinado assunto, o entrevistado pode relatar um evento que seja familiar ao pesquisador por já ter ouvido de seus pais ou tios relato semelhante. Esse conhecimento não decorre diretamente da pesquisa sobre o tema, e sim da própria história do entrevistador, que pode, se julgar procedente, perguntar mais coisas sobre o fato, com base no relato que ouvia: “É interessante o senhor estar contando isso porque eu me lembrei que meu pai também me contava essa história, que o havia marcado muito, por essas e essas razões. Ele dizia também que tinha acontecido isso. O senhor concorda?”. O entrevistado pode sentir-se inclusive mais estimulado a falar sobre o assunto, uma vez que passou a conhecer um aspecto da vida privada do entrevistador, havendo inclusive uma certa identidade entre ambas as partes.

Assim, numa entrevista de história oral, os pesquisadores não precisam ater-se exclusivamente ao roteiro individual: ele deve ser tido como algo flexível, aberto, de grande utilidade para a orientação do entrevistador, mas não como o único recurso a ser considerado. Evidentemente, isso exige um esforço muito maior do pesquisador durante a entrevista do que se precisasse apenas seguir os lembretes do roteiro, na ordem dada e independente do ritmo do entrevistado. É preciso estar muito mais atento ao que este último fala: é preciso saber ouvir. E, a partir dessa prática, saber articular o que se ouve com o que está no roteiro. Daremos um último exemplo sobre esse assunto.

Digamos que, ao sentarmo-nos diante de Maria Barbosa para iniciarmos uma entrevista, estabeleça-se uma conversa ligeira sobre o trânsito, que estava infernal em virtude de um acidente qualquer. Instalamos o gravador e aguardamos o momento oportuno para dar início à entrevista, conforme estabelecido no início de nosso roteiro. Ligamos o gravador, mas, para nossa surpresa, a conversa sobre o trânsito remeteu Maria Barbosa a outro acidente, que abalou sua vida por ter imobilizado seu filho mais moço. Em vez de cortarmos o assunto para formular uma pergunta de acordo com o início de nosso roteiro, devemos ouvir e atentar para aquilo que a entrevistada nos conta. Seu relato, não previsto, pode conter aspectos importantes para nossa pesquisa: pode indicar, por exemplo, como Maria Barbosa concebe a participação dos filhos na economia doméstica, em face da incapacidade temporária do filho, pode fornecer dados para compreender a relação familiar, a locomoção dos membros da família, a utilização dos serviços médicos na região etc. Tópicos a respeito desses assuntos provavelmente fazem parte de nosso roteiro, se a pesquisa versa sobre o cotidiano de uma comunidade e suas modificações ao longo de determinado período. Enquanto Maria Barbosa nos conta esse episódio, devemos articular sua narrativa com nosso roteiro e anotar passagens consideradas significativas para aprofundá-las a seguir: “A senhora falou que seu filho não ficou no hospital porque a senhora queria que fosse tratado pelo dr. Alexandre, que trabalhava aqui nas redondezas. Poderia nos falar um pouco mais sobre esse doutor, como a senhora o conheceu e que tipo de atendimento ele fazia?”. Ou então: “A senhora falou que seu filho tinha de ir toda semana ao serviço para bater ponto. Ele não obteve licença médica?”. E assim por diante.

Conforme a conversa progride, podemos nos lembrar de outras questões interessantes, e o assunto pode acabar tomando um tempo considerável em virtude de sua singularidade e de sua importância para a pesquisa. Assim, podemos deparar-nos com uma situação tal que, apesar de abordados alguns pontos do roteiro, a entrevista tenha seguido um rumo bastante diverso daquele previsto originalmente. Isso exige esforço considerável dos entrevistadores, que devem ser capazes de acompanhar e respeitar o pensamento da entrevistada e de articular seu relato com tópicos esparsos do roteiro. Evidentemente, os tópicos não abordados nessa entrevista deverão constar das seguintes, para garantir a relativa unidade na condução de todos os depoimentos incluídos naquela pesquisa. Se, por exemplo, foi julgado importante saber como cada entrevistado chegou a estabelecer-se naquela região, e não foi possível perguntar isso a Maria Barbosa, este assunto deverá ser abordado na próxima entrevista. E, para sistematizar essas questões, será preciso elaborar novo roteiro: o roteiro parcial de entrevista.

6.2.3 Roteiro parcial: desdobramento do roteiro individual

O roteiro parcial deve ser elaborado entre uma sessão e outra de uma mesma entrevista, tendo em vista a preparação para a sessão seguinte. É o momento de verificar o que foi deixado de lado na sessão anterior, ou seja, os tópicos do roteiro individual que não foram abordados, e de formular novas questões, antes não previstas, com base em informações que o entrevistado deu durante a entrevista.

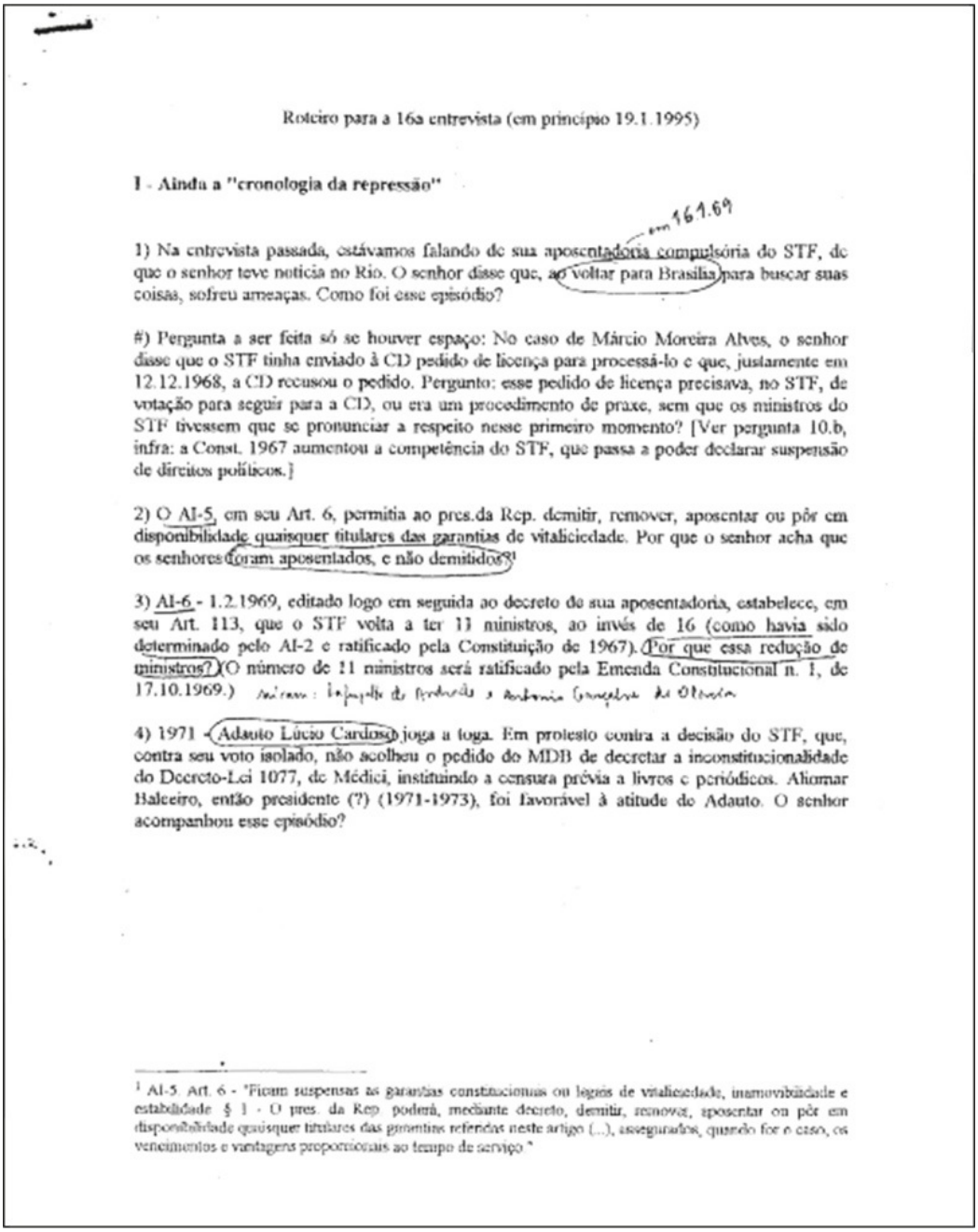
Quando trabalhamos com entrevistas de história de vida, em sua maioria longas, a elaboração de roteiros parciais torna-se prática comum, sempre que nos preparamos para uma próxima sessão. Isto porque o roteiro individual, nesses casos, é bastante extenso, sendo impossível abordar em profundidade toda a trajetória de vida do sujeito em apenas duas horas de entrevista. Assim, para cada sessão, inclusive a primeira, deve ser preparado um roteiro parcial, com base no roteiro individual, onde estarão listados tópicos a serem abordados apenas naquela entrevista. Obviamente, esse roteiro deve ser igualmente aberto e flexível, permitindo que se converse sobre assuntos nele não arrolados. Eventualmente, pode conter anotações mais detalhadas sobre documentos ou acontecimentos específicos, a respeito dos quais se tenciona indagar o entrevistado naquela sessão.

O roteiro parcial pode ser tido como um roteiro que destaca e aprofunda as passagens contidas no

roteiro individual. Digamos, por exemplo, que os pesquisadores, após avaliar as sessões de entrevista anteriores, tenham considerado oportuno, para a próxima, indagar o entrevistado sobre sua atuação como chefe de gabinete no ministério X. No roteiro individual haverá apenas alguns tópicos a respeito desse assunto, entre outras atividades e experiências do entrevistado ao longo de sua vida. A elaboração do roteiro parcial constitui então a preparação mais aprofundada de cada um desses tópicos, com auxílio do material obtido pela pesquisa realizada anteriormente. Assim, em nosso exemplo, se pretendemos nos preparar para entrevistar o sujeito sobre sua atuação no ministério X, é hora de relacionar uma série de tópicos sobre o assunto, tentando abarcar diversos aspectos nele envolvidos: a composição daquele e dos demais ministérios, os problemas políticos do período, a relação entre aquele ministério e outros, medidas adotadas na gestão daquele ministro, outros funcionários do quadro e suas atuações, acontecimentos de relevo no período etc. Eventualmente, para um ou outro assunto específico, será necessário consultar novas fontes — livros, documentos ou artigos de jornal, por exemplo —, a fim de reunir outros elementos indispensáveis para o roteiro.

Como os demais roteiros, o parcial deve ser feito em conjunto pelos pesquisadores envolvidos na entrevista. Encerrada uma sessão, devem sentar-se diante do roteiro individual e do material de pesquisa e avaliar o que foi feito até então: o que o entrevistado falou; até que ponto alguns tópicos do roteiro individual foram cobertos, quais tópicos foram esgotados e quais devem ser retomados; o que o entrevistado revelou em seu discurso que não havia sido previsto e que merece pequena pesquisa para ser aprofundado nas próximas sessões e assim por diante. Após essas reflexões e feitas as consultas necessárias, elabora-se o roteiro parcial, em folha separada, arrolando, em tópicos, os assuntos a serem tratados na próxima sessão. Esse procedimento não é exclusivo de entrevistas de história de vida, devendo ser igualmente adotado nos casos de entrevistas temáticas que se prolongam por mais de uma sessão.

Exemplo de primeira página de roteiro parcial de entrevista com Evandro Lins e Silva



Roteiro para a 16a entrevista (em princípio 19.1.1995)

I - Ainda a "cronologia da repressão"

1) Na entrevista passada, estávamos falando de sua aposentadoria compulsória do STF, de que o senhor teve notícia no Rio. O senhor disse que, ao voltar para Brasília para buscar suas coisas, sofreu ameaças. Como foi esse episódio?

#) Pergunta a ser feita só se houver espaço: No caso de Márcio Moreira Alves, o senhor disse que o STF tinha enviado à CD pedido de licença para processá-lo e que, justamente em 12.12.1968, a CD recusou o pedido. Pergunto: esse pedido de licença precisava, no STF, de votação para seguir para a CD, ou era um procedimento de praxe, sem que os ministros do STF tivessem que se pronunciar a respeito nesse primeiro momento? [Ver pergunta 10.b, infra: a Const. 1967 aumentou a competência do STF, que passa a poder declarar suspensão de direitos políticos.]

2) O AI-5, em seu Art. 6, permitia ao pres.da Rep. demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias de vitaliciedade. Por que o senhor acha que os senhores foram aposentados, e não demitidos?[1]

3) AI-6 - 1.2.1969, editado logo em seguida ao decreto de sua aposentadoria, estabelece, em seu Art. 113, que o STF volta a ter 11 ministros, ao invés de 16 (como havia sido determinado pelo AI-2 e ratificado pela Constituição de 1967). Por que essa redução de ministros? (O número de 11 ministros será ratificado pela Emenda Constitucional n. 1, de 17.10.1969.)

4) 1971 - Adauto Lúcio Cardoso joga a toga. Em protesto contra a decisão do STF, que, contra seu voto isolado, não acolheu o pedido do MDB de decretar a inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1077, de Médici, instituindo a censura prévia a livros e periódicos. Aliomar Baleeiro, então presidente (?) (1971-1973), foi favorável à atitude do Adauto. O senhor acompanhou esse episódio?

[1] AI-5, Art. 6 - "Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. § 1 - O pres. da Rep. poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo (...), assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço."

No momento da entrevista, o roteiro parcial terá maior destaque. Em princípio, é a ele que se deve recorrer sempre que houver ocasião de formular novas perguntas. Mas os demais instrumentos de auxílio, como o roteiro individual e o material resultante da pesquisa, devem ser igualmente utilizados, caso a entrevista siga rumos diferentes dos previstos no roteiro parcial. É sempre bom, portanto, ter todos esses instrumentos à mão ao dirigirmo-nos para uma nova sessão de entrevista.

6.2.3.1 SÍNTESE: OS ROTEIROS, EM TRABALHOS COM HISTÓRIA ORAL

Há, portanto, três tipos de roteiros a serem elaborados em fases distintas de um trabalho com história oral: o roteiro geral, os roteiros individuais e os roteiros parciais. O primeiro deve ser elaborado após a etapa de pesquisa exaustiva sobre o tema, constituindo momento de sistematização do conhecimento adquirido e instrumento que garante a unidade de todas as entrevistas. Ao longo da pesquisa, ele poderá ser revisto e aprimorado. Os roteiros individuais são elaborados a partir de um cruzamento da biografia do entrevistado com o roteiro geral, considerando-se as inter-relações entre o caso daquele sujeito e o tema geral da pesquisa. Constituem um dos instrumentos de orientação do pesquisador no momento da entrevista. Os roteiros parciais devem ser elaborados nos intervalos de sessões de cada entrevista, com base no roteiro individual e no material obtido das pesquisas sobre o tema e sobre a biografia do entrevistado. Sua elaboração permite a constante avaliação de cada sessão de entrevista e o estabelecimento de diretrizes para as próximas. Constitui igualmente um dos instrumentos de orientação do pesquisador no momento da entrevista.

Esquematicamente, poderíamos representar os diversos tipos de roteiro numa pesquisa em história

oral da seguinte forma:

Roteiro geral →	Roteiro individual Entrevistado A →	Roteiro parcial 1ª entrevista Entrevistado A →	Roteiro parcial 2ª entrevista Entrevistado A →	Roteiro parcial 3ª entrevista Entrevistado A →
	Roteiro individual Entrevistado B →	Roteiro parcial 1ª entrevista Entrevistado B →	Roteiro parcial 2ª entrevista Entrevistado B →	...
	Roteiro individual Entrevistado C →	Roteiro parcial 1ª entrevista Entrevistado C →	Roteiro parcial 2ª entrevista Entrevistado C →	...
	Roteiro individual Entrevistado D →	...	...	...

6.3 Ficha da entrevista e caderno de campo

Ainda no contexto de preparação de uma entrevista, convém dar início a dois registros de seu acompanhamento, que devem ser completados paulatinamente, à medida que o trabalho avança: a ficha da entrevista e o caderno de campo.

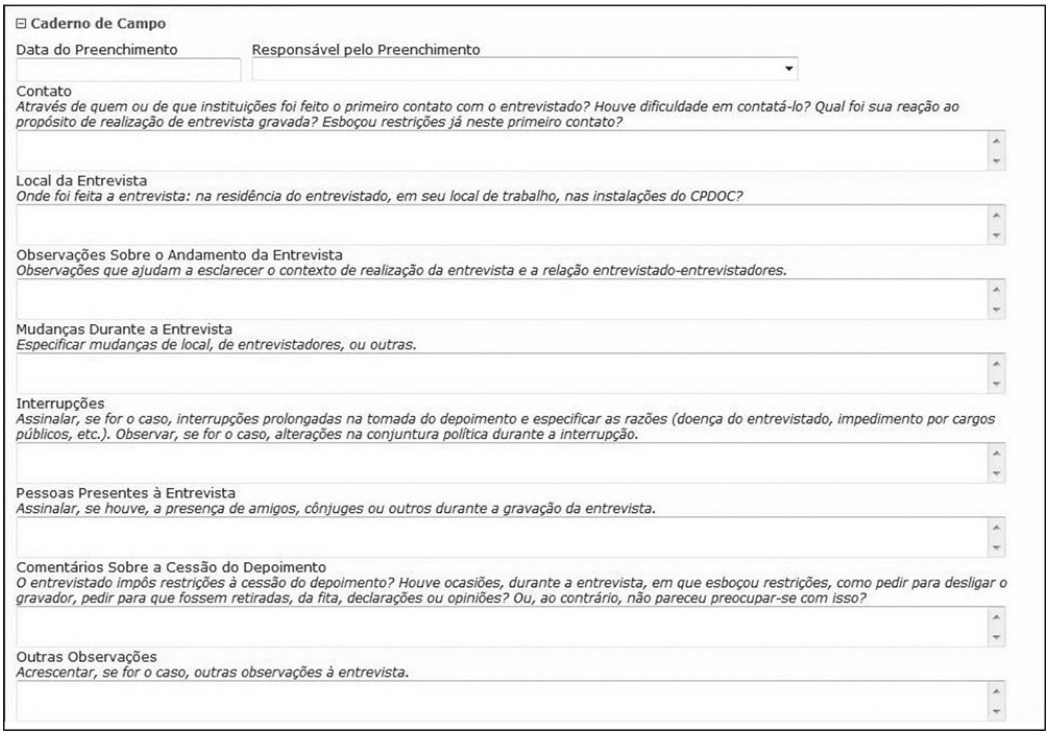
A ficha de uma entrevista constitui instrumento de controle das diversas etapas pelas quais passa um depoimento até ser liberado para o público. Os dados nela contidos podem variar, segundo decisão de cada programa, de acordo com os objetivos da pesquisa e os critérios estabelecidos para o processamento. Convém que seja iniciada no momento da preparação da entrevista, quando já se dispõe de alguns dados referentes ao depoimento, como nome, endereço e telefone do entrevistado, tipo de entrevista e nomes dos entrevistadores. No Programa de História Oral do Cpdoc, essa ficha faz parte, atualmente, de uma base de dados que reúne todas as informações sobre o acervo (parte IV).

O caderno de campo deve ser elaborado pelos pesquisadores responsáveis pela entrevista. Nele será registrado todo tipo de observações a respeito do entrevistado e da relação que com ele se estabeleceu, desde antes do primeiro contato: os motivos que levaram o programa a escolhê-lo como entrevistado em potencial; os canais de mediação entre o programa e aquele depoente, se houver (por exemplo: quem o indicou para o programa); como o entrevistado reagiu à solicitação dos pesquisadores, por ocasião do primeiro telefonema ou encontro; descrições sobre como decorreram as sessões de entrevista: a reação do entrevistado a determinadas perguntas, dificuldades dos pesquisadores, interrupções e problemas na gravação, relação do entrevistado com o objeto de pesquisa, comentários sobre sua memória, informações obtidas quando o gravador estava desligado; a evolução da relação: o que mudou na atitude de ambas as partes (entrevistado e entrevistadores) ao longo das sessões de entrevista e à medida que a relação foi se aprofundando; eventuais alterações do local da entrevista e do corpo dos entrevistadores; como, quando e por que se decidiu encerrar a entrevista; como reagiu à assinatura do documento de cessão; contatos posteriores com o entrevistado etc.

A elaboração desse caderno de campo auxiliará na posterior reflexão sobre o documento no conjunto da pesquisa, constituindo instrumento de crítica e de avaliação de seu alcance e de suas limitações, dada a própria especificidade da entrevista de história oral, sempre vinculada às condições e situações de sua produção. Caso a entrevista seja consultada por outros pesquisadores, é interessante fornecer-lhes, na forma de prefácio ao depoimento transcrito, um resumo das informações contidas no caderno de campo, de forma a auxiliá-los na crítica que farão ao documento.

No Cpdoc, os entrevistadores são solicitados a preencher o “Relatório de entrevista” reproduzido no apêndice deste manual (apêndice 3), que fornece muitas das informações do “caderno de campo” que integra a base de dados do PHO de que trata a imagem a seguir.

Campos do “Caderno de campo” na base de dados do Programa de História Oral do Cpdoc


⊟ Caderno de Campo

Data do Preenchimento | Responsável pelo Preenchimento

Contato
Através de quem ou de que instituições foi feito o primeiro contato com o entrevistado? Houve dificuldade em contatá-lo? Qual foi sua reação ao propósito de realização de entrevista gravada? Esboçou restrições já neste primeiro contato?

Local da Entrevista
Onde foi feita a entrevista: na residência do entrevistado, em seu local de trabalho, nas instalações do CPDOC?

Observações Sobre o Andamento da Entrevista
Observações que ajudam a esclarecer o contexto de realização da entrevista e a relação entrevistado-entrevistadores.

Mudanças Durante a Entrevista
Especificar mudanças de local, de entrevistadores, ou outras.

Interrupções
Assinalar, se for o caso, interrupções prolongadas na tomada do depoimento e especificar as razões (doença do entrevistado, impedimento por cargos públicos, etc.). Observar, se for o caso, alterações na conjuntura política durante a interrupção.

Pessoas Presentes à Entrevista
Assinalar, se houve, a presença de amigos, cônjuges ou outros durante a gravação da entrevista.

Comentários Sobre a Cessão do Depoimento
O entrevistado impôs restrições à cessão do depoimento? Houve ocasiões, durante a entrevista, em que esboçou restrições, como pedir para desligar o gravador, pedir para que fossem retiradas, da fita, declarações ou opiniões? Ou, ao contrário, não pareceu preocupar-se com isso?

Outras Observações
Acrescentar, se for o caso, outras observações à entrevista.

7. Realização de uma entrevista

7.1 A relação de entrevista

A relação estabelecida entre entrevistado e entrevistadores não se diferencia, de modo genérico, das demais relações que mantemos com outras pessoas ao longo da vida. Em toda relação há códigos que indicam padrões de conduta, a serem seguidos ou não, conforme a empatia entre as partes, a cumplicidade e a duração daquela experiência. Os padrões de conduta variam em função da situação (a relação que estabelecemos com nosso dentista, por exemplo, é diferente da que podemos estabelecer com um companheiro de trabalho) e em função da singularidade de cada uma das partes envolvidas (podemos ter mais empatia com um companheiro de trabalho do que com outro, por exemplo).

Uma relação de entrevista é, em primeiro lugar, uma relação entre pessoas diferentes, com experiências diferentes e opiniões também diferentes, que têm em comum o interesse por determinado tema, por determinados acontecimentos e conjunturas do passado. Esse interesse é acrescido de um conhecimento prévio a respeito do assunto: da parte do entrevistado, um conhecimento decorrente de sua experiência de vida, e, da parte do entrevistador, um conhecimento adquirido por sua atividade de pesquisa e seu engajamento no projeto.

Tem-se então uma relação em que se deparam sujeitos distintos, muitas vezes de gerações diferentes, e, por isso mesmo, com linguagens, culturas e saberes diferentes, que interagem e dialogam sobre um mesmo assunto.

Como em toda relação, quando se inicia uma entrevista, entrevistado e entrevistadores se avaliam mutuamente e começam a formular uma ideia do interlocutor. Como o outro se comporta, como fala, como reage, como expressa sua disposição em estar ali fazendo parte daquela relação, tudo isso são informações para que entrevistado e entrevistadores teçam impressões e ideias sobre aquele com quem dialogam. Tais impressões e ideias vão sendo corroboradas ou alteradas à medida que se prolonga a entrevista e que, portanto, ambas as partes passam a se conhecer melhor. É por isso que essa relação tende a se aperfeiçoar quando se estende por mais de uma sessão de entrevista. Passada a fase inicial de estranhamento recíproco, é possível alcançar uma empatia benéfica para a reflexão pretendida, de modo que entrevistado e entrevistadores se tornem cúmplices na proposta de recuperar, problematizar e interpretar o passado. Considerada nesses termos, a entrevista deve ser tomada e analisada como um todo, levando-se em conta todos os passos percorridos, as mudanças na situação de entrevista, o modo como são feitas as perguntas e as características das respostas, enfim, todo indício de como efetivamente se deu aquela relação particular.

Vamos a um exemplo, para tornar mais clara a interdependência entre a relação estabelecida e os resultados da entrevista. Digamos que, numa primeira sessão, seja proposto ao entrevistado que expresse sua opinião sobre determinado assunto, e que, em razão do estranhamento com que percebe seus interlocutores, o entrevistado seja conciso e formal em sua resposta. Se, mais adiante, na quarta sessão, por exemplo, lhe for proposto o mesmo tema, de forma talvez diferente, é possível que, devido à confiança já adquirida, o entrevistado se sinta mais à vontade para expressar sua opinião, o que,

evidentemente, incidirá sobre os resultados da entrevista. É por isso que dizemos que a qualidade da entrevista, das informações obtidas e das declarações, associações e opiniões emitidas pelo entrevistado depende estreitamente do tipo de relação estabelecida entre as partes.

O ideal, numa situação de entrevista, é que se caminhe em direção a um diálogo informal e sincero, que permita a cumplicidade entre entrevistado e entrevistadores, à medida que ambos se engajam na reconstrução, na reflexão e na interpretação do passado. Essa cumplicidade pressupõe necessariamente que ambos reconheçam suas diferenças e respeitem o outro enquanto portador de uma visão de mundo diferente, dada por sua experiência de vida, sua formação e sua cultura específica. Assim, cabe ao entrevistador, em primeiro lugar e principalmente, respeitar o entrevistado como produtor de significados diferentes dos seus, e de forma nenhuma tentar dissuadi-lo de suas convicções e opiniões, ou ainda tentar convencê-lo de que está “errado” e de que deveria aderir às posições do entrevistador. Essas tentativas se tornam inteiramente estéreis num trabalho de história oral, que se caracteriza justamente por recuperar e interpretar o passado através da experiência e da visão de mundo daquele que o viveu e/ou testemunhou. Se o entrevistador não souber respeitar essa experiência e ouvi-la, permitindo que seja gravada para transformar-se em fonte de estudo, é preferível optar por outro tipo de trabalho, no qual se sinta mais recompensado.

Isso não quer dizer, contudo, que o entrevistador deva manter-se apenas calado e atento ao que diz o entrevistado, pois nesse caso não haveria sequer necessidade de sua presença, bastando que estivesse virtualmente presente através do gravador. Assim, o padrão de conduta de uma entrevista inclui também a participação do entrevistador, que deve se adequar ao ritmo do entrevistado, procurando não interromper o curso de seu pensamento, acompanhando sua narrativa ao formular perguntas, reformulando suas próprias ideias a partir daquilo que lhe é relatado, enfim, procurando ajustar o diálogo com base nos dados que lhe fornece o entrevistado a respeito de si mesmo e de suas limitações. É o entrevistado, então, que imprime o tom à entrevista e cabe ao entrevistador aprender seu estilo para adequar seu próprio desempenho àquela relação específica.

Imaginemos, por exemplo, dois casos opostos: um entrevistado prolixo, que gosta de relatar os acontecimentos com todos os detalhes, ao mesmo tempo que expressa suas opiniões com convicção, não parecendo disposto a problematizá-las, e um entrevistado que se expressa com poucas palavras, não se aprofunda com facilidade nas questões propostas e se caracteriza por ser conciso. Trata-se de dois ritmos e estilos diferentes, que precisam ser observados e aprendidos pelo pesquisador, a fim de otimizar o resultado da entrevista.

No primeiro caso, convém escutar o entrevistado, suas opiniões e convicções, correspondendo, portanto, a seu desejo de ser ouvido, mas, ao mesmo tempo, procurar introduzir questões que o entrevistado não considera em sua narrativa e que, no contexto da pesquisa, são julgadas relevantes. Desse modo, sugerem-se-lhe outros caminhos de recuperação e interpretação do passado, sendo possível até problematizar algumas de suas opiniões já cristalizadas. Essas sugestões, evidentemente, devem ser feitas com cuidado, para que o entrevistado não se sinta ofendido ou provocado, e é sempre bom acompanhá-las com expressões que revelem o efetivo interesse do pesquisador pela resposta, e não formulá-las como se fossem contraprovas ao ponto de vista do entrevistado. Não há por que fazer o entrevistado se sentir testado, uma vez que o que interessa é justamente sua experiência e sua opinião sobre o assunto. Como o pesquisador estudou aquele tema a fundo, pode e deve ter outros pontos de vista, mas na relação de entrevista, baseada no diálogo e na cumplicidade, tais pontos de vista não devem ser apresentados como verdades absolutas, contraprovas ao que o entrevistado pensa, e sim como novos aspectos a serem observados e igualmente passíveis de questionamento. No caso, portanto, de um entrevistado que parece já ter formado toda a sua concepção a respeito do tema pesquisado e constrói seu discurso sem espaço para novas abordagens, o pesquisador deverá se moldar a tais características, ouvindo com interesse e atenção, mas também sugerindo cuidadosamente novos aspectos a serem discutidos.

Já no segundo exemplo, o do entrevistado que desenvolve um estilo mais conciso, cabe ao entrevistador tentar estimulá-lo com perguntas de natureza diversa, específicas a determinado acontecimento, ou mesmo gerais, de interpretação dos fatos, a fim de ativar sua memória e sua disposição para falar. Tais perguntas devem ser formuladas — como em geral todas as questões propostas numa entrevista — com o cuidado de serem abertas, de não encerrarem, em si mesmas, as respostas, de modo que o entrevistado não se limite a apenas concordar ou discordar do que foi dito, e se sinta efetivamente inclinado a explorar aquele assunto. O esforço de estimular o entrevistado deve ser empreendido de várias maneiras, experimentando abordar o tema de diferentes ângulos, a fim de que se possa aprender, ao longo da entrevista, quais atitudes concorrem para um melhor resultado. Eventualmente e se for possível, convém incluir nesse esforço alguns recursos concretos que incentivem o entrevistado, como fotografias, artigos de periódicos ou outros documentos da época em questão, a partir dos quais pode ser mais fácil conversar.

Assim, sobre a relação de entrevista, deve-se dizer que seu ritmo, o percurso da lembrança e da construção do pensamento são dados pelo entrevistado, mas que a entrevista não se faz sem o entrevistador, que tem um papel fundamental na busca da cumplicidade entre ambos, de modo que o tema proposto possa ser aprofundado e explorado em um diálogo profícuo. É por causa dessas características que geralmente uma *relação prolongada* de entrevista se mostra mais apropriada para

os objetivos do trabalho com a história oral: é a continuidade da relação entre entrevistado e entrevistador que permite a ambos se conhecerem melhor, estabelecerem pontes e aproximações entre o que foi dito em sessões diferentes e identificarem as peculiaridades de cada um e as situações que parecem conduzir a um diálogo mais proveitoso para o objetivo do trabalho.

Isso não quer dizer, contudo, que se deva invalidar qualquer tentativa de entrevista que não se estenda por mais de uma sessão. Muitas vezes, um depoimento de pouco menos de duas horas de duração pode fornecer dados relevantes e constituir fonte de reflexão primordial para a compreensão do objeto de estudo. Isso depende da profundidade alcançada por entrevistado e entrevistadores, condicionada pela boa preparação da entrevista e pela experiência do entrevistado e seu hábito de refletir sobre seu mundo. De qualquer forma, havendo a oportunidade e sendo conveniente para os propósitos da pesquisa, é preferível procurar estender a duração da entrevista de modo a alcançar melhores resultados.

Dito isso, é fácil depreender que a relação de entrevista, assim como a entrevista em si, deve ser tida e analisada como um todo, importando tanto o conteúdo do que se deixa gravado como a forma com que é enunciado. O fato, por exemplo, de determinado assunto ter sido abordado ou aprofundado em uma ocasião e não em outra pode ser explicado pelas circunstâncias da relação naqueles dois momentos distintos. Considerar esse fator é importante, tanto durante a entrevista, quanto depois, quando ela é analisada. Cabe ao entrevistador observar e treinar sua sensibilidade para as condicionantes que influem no andamento da entrevista, aprendendo a identificar seus efeitos sobre o depoimento, a fim de alcançar os melhores resultados possíveis. Estão entre essas condicionantes, por exemplo, a percepção que o entrevistado tem de seu interlocutor, que pode influir no conteúdo do que diz. Assim, determinado entrevistado pode dizer certas coisas a um entrevistador e não a outro, já que *o que* se diz depende sempre de *a quem* se diz. O entrevistador competente deve saber avaliar os limites da relação estabelecida e perceber de que forma ele próprio interfere sobre a informação que obtém.

Isso não quer dizer que o entrevistador deva forjar uma atitude que não corresponda à sua prática de vida, a fim de obter melhores resultados durante a entrevista. Ao contrário, qualquer simulação numa relação de entrevista pode incidir negativamente sobre seu objetivo. Ao impostarmos uma conduta à qual não estamos acostumados, é bastante provável que nosso interlocutor perceba a discrepância e nos retribua com outra afetação. E assim, aquela relação, que vinha sendo construída com cuidado, pode desviar-se dos propósitos da pesquisa.

Digamos, por exemplo, que numa entrevista haja uma diferença de geração significativa entre entrevistado e entrevistador. É possível que o depoente identifique seu interlocutor com um neto, ou uma neta, passando a construir seu discurso como se estivesse ocupando um papel de avô: explica minuciosamente cada detalhe, imprime um tom didático a suas respostas, cuida para que o entrevistador aprenda algo sobre o mundo através da larga experiência de vida que ele próprio carrega. O entrevistador não poderá aparentar muito mais idade do que a que tem, mas deve estar apto a reconhecer de que modo ele mesmo determina em grande parte o que e como fala o entrevistado. E, percebendo tais características, deve reconhecê-las como únicas, aproveitando aquela oportunidade singular: as explicações pacientes e extensivas que o entrevistado tende a dar a seu interlocutor mais jovem, por exemplo, podem ser de muita valia para o estudo proposto. Fazer uma entrevista é, portanto, analisá-la e avaliá-la constantemente — enquanto é gravada, mais tarde, quando se prepara a próxima sessão e, finalmente, quando se produzem os textos de análise do material obtido com a pesquisa.

Cabe sublinhar uma última evidência: a entrevista — e a relação de entrevista —, além de se constituir num todo, é sempre única, não havendo possibilidade de se repetir em outras circunstâncias. Se um mesmo entrevistado for procurado mais tarde por outros pesquisadores, mesmo que com objetivos semelhantes, para prestar um novo depoimento, as duas entrevistas poderão até ser parecidas, mas jamais serão iguais: a relação entre as partes será diferente, a começar pelas pessoas, que não serão as mesmas, e o momento de realização da entrevista também será outro, seja do ponto de vista da vida pessoal do entrevistado, seja em função do quadro social, político e econômico de seu grupo ou país. Do mesmo modo, se entrevistado e entrevistadores se encontram mais adiante para uma nova entrevista, passados alguns meses, por exemplo, o resultado dessa segunda relação será bastante diferente daquele obtido anteriormente. Além das mudanças decorrentes do intervalo de tempo entre uma entrevista e outra, o fato de ambas as partes já se conhecerem imprime novas características à relação. Assim, mesmo que as pessoas envolvidas nas entrevistas não sejam diferentes, cada um dos depoimentos será único e precisa ser analisado em função das peculiaridades em que é produzido (o momento pessoal e histórico de realização da entrevista, os objetivos que o geraram e a relação que se estabeleceu entre as partes).

Tomada, então, como um todo que se desenvolve com uma lógica própria, determinada pelas pessoas que a produzem e pelo contexto em que é realizada, a entrevista de história oral adquire especificidade. Trata-se de uma relação entre pessoas diferentes que segue determinados padrões de conduta, dados pelos objetivos da pesquisa e do método da história oral, e cuja atualização varia conforme a simpatia e a empatia entre as partes.

Tendo fixado a necessidade de se conceber uma entrevista de história oral como relação, passemos

agora para aspectos mais práticos que podem ser observados em função das circunstâncias de sua realização.

7.2 As circunstâncias de entrevista

Chamamos aqui de circunstâncias de entrevista os aspectos físicos e práticos que fazem parte do ambiente de produção de um depoimento de história oral, como o local, a duração, o número e o tipo de pessoas presentes e o papel do gravador. O peso de tais aspectos pode tornar-se reduzido no momento em que se consulta a entrevista, quando a atenção se volta especialmente para o material colhido e registrado, muitas vezes já transcrito. Mas durante a realização da entrevista, as circunstâncias que a envolvem podem muitas vezes sobrepor-se ao depoimento, incidindo indubitavelmente sobre seu andamento e conteúdo.

Se, por exemplo, em determinada sessão de entrevista, o entrevistado tiver um compromisso que o obrigue a encerrar o depoimento mais cedo do que de costume, essa circunstância poderá interferir em sua disposição de falar mais detalhadamente sobre um assunto, já que estará preocupado em consultar o relógio para não perder a hora. Os entrevistadores, por sua vez, avisados de que a entrevista deverá ser encerrada antes do que esperavam, podem sentir necessidade de alterar o roteiro daquela sessão, deixando questões mais extensas e complexas para outra oportunidade. Eis como circunstâncias em princípio alheias à entrevista podem interferir em seu andamento. Sua ocorrência é muitas vezes inevitável, e cabe aos entrevistadores adequar-se a elas. Há, contudo, algumas circunstâncias cuja interferência pode ser minimizada de modo a não incidir prejudicialmente sobre a entrevista, e é sobre elas que falaremos neste item.

7.2.1 Local

O local de gravação da entrevista deve ser decidido de comum acordo com o entrevistado. Dependendo de sua disponibilidade, pode-se realizar a entrevista nas instalações do programa, caso haja uma sala de gravação. Se a entrevista for feita na casa do entrevistado ou em seu local de trabalho, deve-se escolher um ambiente que reúna boas condições para sua gravação: de preferência um cômodo reservado, ao qual outras pessoas não tenham acesso durante a entrevista, o mais silencioso possível e, se for viável, com uma mesa em torno da qual entrevistado e entrevistadores possam se instalar confortavelmente.

O recurso à mesa se justifica devido ao manuseio do equipamento de gravação durante a entrevista: se o gravador puder ser colocado sobre a mesa e próximo de um dos entrevistadores, é mais fácil controlá-lo. Além disso, sobre a mesa os pesquisadores podem acomodar o material de pesquisa, o roteiro e as folhas suplementares em que fazem anotações. E sentando-se em torno de uma mesa, é mais fácil concentrar-se naquilo que se está fazendo, olhando o outro de frente e relativamente de perto, havendo menos possibilidade de dispersão. Se houver, por exemplo, um documento ou uma fotografia sobre os quais discutir, é melhor estar próximo um do outro e contar com o anteparo da mesa, do que passar o documento de mão em mão, sem que todos o vejam ao mesmo tempo.

O ideal é que o espaço e a acomodação não perturbem a concentração e a atenção sobre o que se está fazendo. Se for o caso, pode-se solicitar ao entrevistado permissão para arrumar um pouco os móveis ou improvisar uma mesa. Além de cuidar da acomodação das pessoas, é preciso adequar o espaço ao equipamento de gravação, aproximando o gravador da fonte de energia (caso não se usem pilhas), posicionando adequadamente os microfones, se forem usados, e reduzindo os sons externos, conforme explicado na Parte II. O importante é que o local de realização da entrevista contribua para se atingir os objetivos que a geraram e não prejudique a relação estabelecida, nem a gravação do depoimento.

7.2.2 Duração

A duração de uma sessão de entrevista depende da relação estabelecida entre entrevistado e entrevistadores e das circunstâncias específicas àquele momento. É preciso, em primeiro lugar, respeitar os limites do entrevistado: se for uma pessoa muito ocupada, podendo dispor de apenas uma hora por semana para a entrevista, é evidente que a duração de cada sessão deve se condicionar a essa exigência. Se suas condições físicas a impedirem de falar durante muito tempo, é preciso igualmente compreender esses limites. O interesse demonstrado pelo entrevistado também pode determinar o encerramento de uma entrevista. Se a conversa estiver sendo penosa e pouco estimulante, é possível que o momento de conclusão de determinado assunto coincida com o momento adequado de encerrar a sessão, procurando-se recuperar a empatia e o interesse no próximo encontro. Por outro lado, se entrevistado e entrevistadores estiverem mantendo um diálogo informal e rico, pode ser que se esqueçam da hora e prolonguem aquela sessão para além do tempo inicialmente previsto.

Consideradas, enfim, as circunstâncias particulares a cada entrevistado e a cada relação de entrevista, pode-se, de qualquer modo, estimar uma média de duas horas de gravação por sessão de

entrevista. Essa duração permite que sejam abordados e aprofundados mais de um assunto específico, uma vez que há tempo suficiente para estabelecer um diálogo profícuo e refletir em conjunto sobre o passado. Por outro lado, é bom que a entrevista não se estenda para muito além de duas horas, a fim de que entrevistado e entrevistadores não se sintam esgotados com o esforço empreendido. Realizar uma entrevista é sempre cansativo para ambas as partes. Do lado do entrevistado, porque é solicitado a exercitar sua memória e a refletir sobre o passado, o que muitas vezes exige elevado esforço intelectual e emocional. Do lado dos entrevistadores, porque devem estar permanentemente atentos a tudo: ao que diz o entrevistado, ao funcionamento do gravador, ao andamento daquela relação, às indicações do roteiro, às oportunidades de formular as perguntas, às anotações que devem ser feitas, enfim, a todo um conjunto de procedimentos que exige um esforço redobrado e contínuo.

7.2.3 Apresentação dos entrevistadores

Neste subitem trataremos de uma circunstância que pode parecer fora de propósito para alguns pesquisadores, mas cuja observação pode favorecer a relação de entrevista. Trata-se da apresentação física, ou seja, da roupa que se usa no primeiro contato com o entrevistado e nas sessões de entrevista subsequentes. Não queremos sugerir com isso que o entrevistador deva providenciar um guarda-roupa novo para exercer sua função, ou ainda que deva vestir-se em desacordo com seu estilo usual. Queremos apenas chamar a atenção para um fator importante em nossa cultura, que exerce influência sobre as avaliações que fazemos dos outros e sobre aquelas que se fazem a respeito de nós.

Se, por exemplo, nos dirigirmos a uma entrevista com um alto funcionário do governo de tênis e camiseta, essa nossa apresentação possivelmente trará problemas ao andamento da entrevista. O entrevistado pode identificar em nosso modo de vestir um sinal de negligência e de desrespeito, o que pode comprometer sua boa vontade em prestar o depoimento. Por outro lado, se formos a uma entrevista com uma lavadeira com trajes finos, como se estivéssemos prontos para assistir a um casamento, tal apresentação não favorecerá a empatia necessária ao desenvolvimento de uma relação de entrevista.

Isso não quer dizer, entretanto, que o entrevistador deva se vestir de modo diferente do que é de seu agrado; basta escolher, entre as roupas de que dispõe e nas quais se sinta à vontade, aquela que melhor se adapta à ocasião da entrevista e ao estilo de vida do entrevistado. Essa é uma das circunstâncias, em princípio externas à entrevista, que sem dúvida interferem em seu andamento. Se o modo como o entrevistador se apresenta não chama a atenção do entrevistado, é mais fácil estabelecer o diálogo e se voltar para o objetivo mesmo da entrevista, economizando assim as atenções para aquilo que efetivamente interessa na entrevista.

7.2.4 Pessoas presentes à entrevista

Temos insistido no caráter concentrado de uma situação de entrevista, ou seja, no esforço de impedir que circunstâncias alheias à relação e aos objetivos da conversa interfiram em seu andamento. E necessário que entrevistado e entrevistadores estejam concentrados sobre o que (e como) se fala. Nesse sentido, a presença de terceiros durante a gravação de uma entrevista pode constituir elemento dispersivo e às vezes limitador. Digamos, por exemplo, que em determinada entrevista o cônjuge do entrevistado esteja assistindo ao depoimento. Mesmo que não participe com opiniões ou lembranças próprias, pode ser que o entrevistado se sinta inibido com sua presença, ou de alguma forma obrigado a reportar-se ao cônjuge na reconstituição do passado, de maneira a incluí-lo na conversa. O mesmo se aplica a colegas de trabalho, outros parentes ou amigos.

Um amigo, por exemplo, pode sentir-se inclinado a prestar seu próprio depoimento sobre o assunto tratado, tirando a palavra do entrevistado e impedindo que expresse seu ponto de vista. Essa situação pode se agravar se o entrevistado for uma pessoa de estilo mais conciso, passando a se sentir aliviado diante da prolixidade do amigo. A solução para esse tipo de situação pode ser dada com um convite expresso ao amigo, para que ele mesmo seja entrevistado em data a ser marcada, sugerindo-se que não participe mais daquela entrevista, uma vez que terá oportunidade de falar sobre sua experiência mais tarde. É claro que tal decisão só deve ser tomada se efetivamente o depoimento daquela terceira pessoa for considerado relevante para a pesquisa. Pode ser que o amigo ou parente também tenha participado ativamente do tema que se investiga, havendo então um real interesse em aproveitar aquele contato para uma nova entrevista. Caso não exista tal interesse, deve-se procurar contornar a situação, solicitando cuidadosamente que a entrevista seja feita a sós com o entrevistado.

Algumas vezes, contudo, pode não ser possível impedir que uma terceira pessoa participe da entrevista. Nesses casos, será necessário um cuidado especial quando de seu tratamento. Os dados do amigo ou parente presente devem ser registrados na base de dados e no caderno de campo, caracterizando-se claramente, na apresentação da entrevista, qual seu papel ao longo do depoimento. Podem ocorrer com mais frequência conversas paralelas e superposição de vozes, que devem ser identificadas na passagem da entrevista para a forma escrita. O responsável pela conferência de fidelidade deve saber diferenciar com precisão a voz do entrevistado da voz do amigo, para não atribuir

àquele observações feitas pelo último. Ou seja, a interferência resultante da participação de terceiros no depoimento ultrapassa o âmbito estrito de realização da entrevista e requer cuidados especiais na liberação do documento para o público.

Mas pode acontecer, em determinadas situações de entrevista, que a presença de uma terceira pessoa constitua fator favorável para a relação estabelecida. Digamos, por exemplo, que determinado entrevistado julgado essencial para o desenvolvimento da pesquisa esteja fisicamente debilitado para falar. Após avaliação criteriosa desses limites, pode ser que os pesquisadores ainda considerem relevante realizar a entrevista, em função da atuação estratégica daquele entrevistado e da contribuição crucial de seu depoimento para a compreensão do objeto de estudo. Nesse caso, a presença de um parente ou de pessoa próxima ao entrevistado durante a gravação do depoimento pode ajudar bastante, principalmente se essa terceira pessoa tiver sensibilidade suficiente para auxiliar o entrevistado em seu esforço de ser compreendido ou de rememorar o passado, sem interferir em suas opiniões e em sua visão de mundo. Assim, essa terceira pessoa estaria funcionando como uma espécie de intérprete, viabilizando a produção daquela entrevista, que, de outro modo, não seria factível. É claro que em casos como esse é necessário considerar essa terceira presença por ocasião da análise do documento, avaliando de que forma incidiu sobre aquela situação específica. Além disso, é preciso incluir esse dado na apresentação do documento liberado para consulta, para que o público também seja inteirado dessa circunstância especial.

Há outra situação em que a presença de mais uma pessoa pode ser considerada favorável para a entrevista. Digamos, por exemplo, que seja objetivo da pesquisa entrevistar um casal que teve participação relevante no tema investigado. Pode ser que a entrevista se desenvolva muito bem estando ambos os entrevistados presentes, e que, por meio de um diálogo rico, se estabeleça um incentivo recíproco: cada um dos entrevistados passa a se sentir motivado a falar sobre seu próprio ponto de vista e sua atuação à medida que o outro também fala e se lembra dos detalhes e das situações relacionadas ao tema. Em casos como esse, entretanto, não se pode falar em presença de “terceiros”, uma vez que a terceira pessoa passa a ser um dos entrevistados, perfeitamente integrado à entrevista.

E já que tocamos no assunto, vale abrir um parêntese para falar sobre a realização de entrevistas com mais de um depoente. Na prática de trabalho do Programa de História Oral do Cpdoc não é comum realizarmos entrevistas com dois ou mais entrevistados ao mesmo tempo. Ao contrário, a grande maioria de nosso acervo é composta de entrevistas com um único depoente. Isso se deve, em primeiro lugar, à própria metodologia de história oral, que pressupõe um estudo comparado de casos particulares, cada um deles tomado como objeto de investigação específico. A profundidade com que se estuda um ator e a qualidade da entrevista produzida são tanto maiores quanto mais exclusiva for a dedicação àquele caso nos momentos de preparação, realização e processamento da entrevista. Elaborar um roteiro de entrevista para um único entrevistado permite abranger aquele caso mais concentradamente do que se tivéssemos de nos ocupar de dois atores concomitantemente. O mesmo se aplica ao momento da entrevista: quando duas pessoas são entrevistadas ao mesmo tempo, as atenções têm que ser redobradas, é preciso cuidar para que um entrevistado não se sobreponha a outro e torna-se mais custoso resgatar a experiência e as opiniões individuais, no ritmo e na perspectiva de cada um em particular. Por fim, o trabalho exigido na passagem do documento gravado para a forma escrita também requer esforço redobrado.

Optar pela realização de entrevistas com mais de um depoente depende, pois, da avaliação dos pesquisadores envolvidos no projeto sobre a adequação desse procedimento aos objetivos da investigação. Se, por exemplo, a oportunidade de entrevistar dois atores relevantes para a pesquisa só puder se concretizar com a condição de ambos serem entrevistados ao mesmo tempo — o que pode ocorrer se os pesquisadores tiverem de se deslocar para outra cidade para gravar o depoimento e se os próprios entrevistados só dispuserem de um tempo restrito para prestar seus depoimentos —, é possível que, após avaliação criteriosa de tais limites, os pesquisadores julguem conveniente realizar a entrevista, mesmo contando com circunstâncias pouco favoráveis.

7.2.5 O gravador

Uma última circunstância sobre a qual é preciso falar diz respeito ao papel do gravador numa situação de entrevista. É claro que não se pode pensar em história oral sem o equipamento de gravação, de áudio ou vídeo: é o gravador que permite falar em produção de documento, no retorno à fonte, na montagem de acervos de depoimentos, na autenticidade de trechos transcritos e na análise de entrevistas. Uma entrevista que não pode ser gravada é apenas uma entrevista durante a qual o pesquisador certamente faz anotações de próprio punho, adquire conhecimento e subsídios para trabalhos posteriores, mas à qual não pode retornar para checar informações, tirar novas conclusões, recuperar associações, ou ainda reavaliar sua análise.

Durante a realização de uma entrevista de história oral, o gravador evoca a presença virtual de outros ouvintes, do público e da “posteridade”. Em geral, entrevistado e entrevistadores preocupam-se mais com seu desempenho, cuidam da linguagem e do peso de suas palavras. Não estamos falando apenas com nosso interlocutor direto, mas também com um universo ainda pouco definido de ouvintes. Sabendo que será ouvido e talvez citado mais tarde, o entrevistado se preocupa com os efeitos de seu

depoimento sobre o público. Isso pode resultar, por exemplo, em discursos laudatórios a respeito de si mesmo, ou, do contrário, em uma inibição exacerbada. É possível também que estimule uma vontade de denúncia, ou seja: já que o depoimento está sendo gravado e que possivelmente o entrevistado julga que não tem nada a perder, a entrevista pode se transformar em excelente ocasião para "colocar os pingos nos is".

Seja como for, é indubitável que a presença do gravador na entrevista exerce influência sobre o que e como se fala. E quanto a isso, o papel dos entrevistadores é muito importante: cabe a eles procurar minimizar essa influência, conferindo ao gravador apenas a atenção indispensável. Para alcançar esse objetivo, é preciso, em primeiro lugar, que os próprios entrevistadores já tenham perdido grande parte de sua inibição: que não se sintam constrangidos ao falar ao microfone, que não se preocupem em demasia com seu desempenho, com possíveis erros de conteúdo ou de gramática, e assim por diante. É por isso que uma entrevista é geralmente mais bem-sucedida quando os entrevistadores já têm, atrás de si, uma experiência significativa naquela função: quando já tomam o ato de entrevistar e, portanto, de falar ao gravador, como familiar. Caso isso não seja possível, convém que o entrevistador novato realize sua primeira entrevista juntamente com um pesquisador já experiente na função, atenuando, assim, sua insegurança. Convém também que aprenda a lidar com o gravador, experimentando gravar sua própria voz.

Para conferir ao gravador a atenção apenas indispensável é preciso saber usar o equipamento corretamente e confiar em seu funcionamento. Se o pesquisador se mostrar muito preocupado com o gravador durante a entrevista, verificando seu funcionamento de cinco em cinco minutos, por exemplo, ou ainda interrompendo frequentemente a gravação para certificar-se de que o depoimento está sendo registrado, é claro que esse comportamento levará o entrevistado a se preocupar também com a aparelhagem, funcionando como um lembrete permanente de que seu depoimento está sendo gravado. Se, ao contrário, o entrevistador mostrar desembaraço e prática ao lidar com o equipamento e com o microfone, falando naturalmente e dirigindo-se para o entrevistado (e não para o gravador), essa atitude levará o depoente a situar o gravador também em segundo plano, concorrendo para minimizar a influência que o equipamento pode exercer sobre o andamento da entrevista.

Pelo mesmo motivo, deve-se evitar desligar o gravador com muita frequência, ou ainda acionar a tecla "pausa" muitas vezes, limitando-se esses procedimentos apenas às situações realmente necessárias: quando a entrevista é interrompida por um telefonema ou por outras pessoas, quando há necessidade de inserir nova mídia ou cartão de memória, ou ainda quando o próprio entrevistado solicita que o gravador seja desligado. À exceção de situações como essas, é preferível não acionar os comandos do gravador durante a entrevista, o que se aplica também aos momentos de silêncio relativamente prolongado, durante os quais é melhor deixar o gravador funcionando normalmente, para que o entrevistado não se preocupe com o tempo que gasta para formular seus pensamentos.

No decorrer de uma entrevista, pode acontecer de o entrevistado expressar preocupações a respeito do gravador. Digamos, por exemplo, que a certa altura, alcançado um clima cordial e informal, o entrevistado se surpreenda com a lembrança de que aquela conversa está sendo gravada: ele pode ter contado uma anedota, por exemplo, ou ainda ter descuidado por alguns instantes do uso da norma gramatical. Se estiver preocupado com os efeitos de tal informalidade no uso que se fará de seu depoimento, pode expressar sua insegurança perguntando, afinal, como será tratada aquela gravação. Nesse caso, os pesquisadores devem assegurar-lhe que o depoimento passará por um tratamento cuidadoso e que, caso o entrevistado julgue oportuno, pode-se, embargar aquela anedota ou outro trecho que porventura queira suprimir do depoimento. O importante, nesse tipo de negociação, é procurar manter o clima informal já alcançado, certificando o entrevistado de que suas preocupações serão respeitadas, e prosseguindo a entrevista novamente sem dar atenção demasiada ao gravador. Outro entrevistado, por exemplo, pode expressar sua preocupação quanto às dificuldades em se compreender e/ou transcrever seu depoimento. Em ocasiões como essa, é sempre bom demonstrar com atitudes e palavras que os aspectos técnicos daquela entrevista (a qualidade da gravação e o tratamento posterior do documento) correm por conta do programa, que já acumulou experiência suficiente a respeito para produzir bons resultados. Por fim, ainda com relação às preocupações do entrevistado, resta falar das ocasiões em que ele expressa seu desejo de que o gravador seja desligado, para que possa falar sobre determinado assunto em *off*. Nesses momentos, é muito importante obedecer imediatamente a sua solicitação e desligar o gravador, para reiterar o respeito sobre o qual se constrói a relação de entrevista.

7.3 A condução de uma entrevista

Tendo passado pelas características de uma relação de entrevista e pelas circunstâncias que a envolvem, chegamos enfim ao cerne deste capítulo, ou seja, ao "como conduzir" uma entrevista. Desde já, é preciso lembrar que cada sessão de entrevista guarda sua especificidade e que aquilo que se dirá a seguir deve ser ponderado e criticado antes de ser adotado. Como já dissemos mais de uma vez, este manual constitui apenas uma orientação para que cada um discuta e defina sua própria prática de trabalho, e não pretendemos esgotar todas as situações e nuanças que podem ocorrer durante a condução de entrevistas de história oral.

7.3.1 O papel dos entrevistadores

Durante a gravação de uma entrevista, é preciso destinar o máximo de atenção ao entrevistado, não só pela importância do que ele diz, mas também porque essa clara demonstração de interesse concorre para que se sinta estimulado a falar. Assim, deve-se procurar desviar o menos possível os olhos para o gravador ou para as anotações de apoio, e estar constantemente olhando para o entrevistado, certificando-o de que acompanhamos o que diz. Sabemos o quanto incomoda estar conversando com uma pessoa que não nos olha de frente, parecendo estar ocupada com outros pensamentos — incômodo que se acentua quando estamos relatando experiências cuja sequência é preciso acompanhar para compreender o desfecho. Convém também usar gestos e expressões que demonstrem ao entrevistado que se está acompanhando seu relato e que ele tem diante de si interlocutores interessados. Por exemplo, afirmar com a cabeça e usar expressões do tipo “hum, hum”, “é”, “sei” etc.

Uma entrevista de história oral constitui um relato e uma reflexão sobre o passado levada a efeito ao longo de uma conversa. Uma conversa comum, entretanto, não é gravada e tampouco acompanhada de anotações. Se um aluno assiste a uma aula, é de se esperar que tome nota e que, portanto, não fique olhando para o professor durante todo o tempo. Numa conversa, ao contrário, não é costume tomar nota daquilo que o outro fala, e é possível que o recurso frequente a anotações durante uma entrevista produza no entrevistado certo retraimento: ele pode se sentir inibido ao ver que aquilo que diz adquire peso semelhante ao de uma aula. Ou então, pode achar que aquilo sobre o que se está tomando nota é especialmente importante para o pesquisador e que, portanto, é necessário falar mais a respeito. Tomar nota durante uma entrevista pode ter um efeito parecido com o de sua gravação: o fato de chamar a atenção do entrevistado para a responsabilidade do depoimento.

Pode-se dizer que uma situação de entrevista reúne os hábitos da conversa, por um lado, e da aula, por outro. Da conversa, em virtude do que já dissemos acima acerca das vantagens de um relacionamento mais informal com o entrevistado; da aula, porque dela fazem parte tipos de registro e de fixação, como a gravação e as anotações. É bastante difícil para um único entrevistador desenvolver todas as funções exigidas pela conjunção de ambas as modalidades de interação: manter o olhar dirigido ao entrevistado, acompanhando seu discurso com sinais de compreensão e interesse; ouvir o que diz; consultar o roteiro; articular perguntas a partir de “ganchos” fornecidos pelo próprio entrevistado; verificar o funcionamento do gravador; tomar nota de palavras, nomes próprios e de questões a serem aprofundadas depois que o entrevistado concluir seu raciocínio; localizar, em meio aos fichamentos e ao material de apoio à entrevista (documentos, fotografias etc.), aspectos a serem explorados com mais vagar, e assim por diante. Digamos que fazer uma entrevista é praticar no limite máximo nosso poder de concentração em mais de uma coisa ao mesmo tempo: utilizamos os olhos, os ouvidos, a fala, as mãos — para escrever e manusear o equipamento de gravação — e, essencialmente, a cabeça. E tudo deve funcionar harmonicamente, de modo que o entrevistado não fique ansioso ou de alguma forma ofuscado pela perturbação do pesquisador.

É para viabilizar essa harmonia que convém dividir os encargos da condução de uma entrevista entre dois entrevistadores. Ao primeiro caberia, em princípio, tomar a dianteira da conversa, isto é, conduzir propriamente a entrevista, mantendo o olhar voltado para o entrevistado, formulando as perguntas, ouvindo suas respostas, enfim, funcionando como uma espécie de primeiro interlocutor no campo de visão do depoente. O segundo entrevistador seria responsável pelos elementos de apoio àquela entrevista, controlando o gravador; tomando nota das questões a serem aprofundadas ou esclarecidas, das palavras e nomes próprios que serão checados posteriormente com o entrevistado; verificando os pontos do roteiro que foram/não foram abordados; registrando gestos e outras situações que surjam no decorrer da conversa e que devam constar do depoimento depois de transcrito; localizando documentos, como cartas, fotografias etc., em meio ao material de pesquisa levado para a entrevista e assim por diante.

Essa divisão de tarefas não implica necessariamente que o primeiro entrevistador não possa se encarregar de tomar notas ou de ajudar a verificar o funcionamento do gravador, nem tampouco que ao segundo seja vedada a formulação de perguntas. O segundo entrevistador também pode e deve intervir quando achar necessário, retomando questões pouco exploradas ou ainda lançando outras que tenham passado despercebidas pelo primeiro. É possível também que ambos estabeleçam entre si uma alternância de funções, conforme a natureza do assunto a ser tratado, de modo que cada um tome a dianteira da conversa no momento em que o tema tratado é aquele que mais domina. O importante é que ambos estejam muito bem entrosados — entre si e com o roteiro — e determinem previamente como conduzirão cada sessão de entrevista.

Isso posto, vale abrir um parêntese para discutir se a presença de mais de dois entrevistadores se torna prejudicial no trabalho com a história oral. Novamente estamos diante de uma questão que deve ser avaliada em cada programa, em função dos casos particulares com que se deparar. Pela prática do Cpdoc, podemos dizer que a participação de mais de três entrevistadores numa entrevista já começa a incidir negativamente sobre o seu andamento. É preciso lembrar que muitas sessões são realizadas também com a presença do técnico de som, o que já eleva o número de pessoas presentes. É possível que o depoente comece a se sentir inibido ao constatar que há pessoas demais interessadas no que vai dizer — pessoas, aliás, muito bem preparadas e informadas a respeito de sua vida e do assunto em

questão.

Geralmente, quando acontece de uma entrevista ser realizada com três pesquisadores, convém que o terceiro seja um consultor ou especialista, cuja participação seja considerada indispensável para a qualidade do depoimento. Se estamos realizando uma pesquisa sobre a história de uma indústria química, por exemplo, é possível que determinadas entrevistas exijam a presença de um especialista no processo de produção das substâncias químicas, para que se compreenda, por exemplo, as relações com os fornecedores de matérias-primas, o custo da mercadoria, o grau de especialização da mão de obra etc. É necessário evidentemente que o consultor esteja bem integrado com o projeto de pesquisa e com os outros entrevistadores.

Quando se ultrapassa o número de três entrevistadores numa sessão, aquela entrevista corre risco de se transformar em um debate, nos moldes dos que são veiculados pela televisão. Na história oral, o que interessa não é tanto o debate de temas com a presença de um ator que deles tenha participado, mas sim um exame mais detido da experiência particular de indivíduos e de sua visão do passado. Para isso, é necessário que se dê prioridade ao relato do entrevistado, a suas opiniões, reservando-lhe o espaço da entrevista, situação que pode não ser plenamente alcançada quando mais de três pessoas participam ativamente do depoimento.

Além do número de entrevistadores e de suas atribuições, cabe acrescentar, neste item, algumas observações que dizem respeito à atitude dos pesquisadores durante uma entrevista. Vale lembrar que tal atitude deve se basear na ética e no respeito ao entrevistado, considerando-se as preocupações que ele expressa no decorrer do depoimento. Assim, como já foi dito, faz parte da atitude do entrevistador informar o depoente sobre a existência da carta de cessão de direitos, esclarecer os objetivos e o destino daquela entrevista, bem como desligar o gravador sempre que solicitado. Além desses procedimentos, pode acontecer de o entrevistado querer ver o roteiro da entrevista antes de se iniciar a gravação. Nesses casos, convém também mostrar-lhe o que pede, esclarecendo tratar-se apenas de uma orientação de apoio que não será seguida à risca. Eventualmente, caso o entrevistado solicite o roteiro com antecedência, pode-se preparar uma síntese, listando os principais assuntos, de modo a inteirá-lo do conteúdo da conversa.

Recomenda-se conduzir a entrevista com bastante calma e tranquilidade, evitando-se expressar impaciência ou ansiedade em encerrar o depoimento, cobrir os pontos do roteiro, ou questionar o que está sendo dito. Assim, por exemplo, caso o entrevistado esteja se desviando do objetivo de uma questão, convém agir com tato e paciência para trazê-lo de volta ao tema, esperando que conclua seu pensamento antes de refazer a pergunta. Do mesmo modo, é preciso aprender a conviver com os períodos de silêncio durante uma entrevista, evitando-se formular compulsivamente novas perguntas apenas para “preencher o vazio”. Há casos, por exemplo, em que o entrevistado faz pausas de reflexão para articular melhor seu pensamento, e é preciso distinguir entre tais momentos e aqueles que se seguem à conclusão de uma ideia. Nesses últimos, quando o depoente dá por encerrado aquele pensamento, é possível preencher o silêncio com uma nova pergunta, dando andamento à entrevista. Quando, ao contrário, a pausa serve para pensar em como formular melhor um pensamento, é preferível aguardar que o entrevistado encontre o caminho de sua narrativa sem interrompê-la com outras perguntas. É claro que isso é muito relativo e depende da sensibilidade do entrevistador em identificar o tipo de pausa com que se depara. Em todo caso, é bom saber de antemão que os períodos de silêncio são comuns em entrevistas de história oral e que convém respeitá-los. Há estudos, inclusive, que tomam o silêncio dos entrevistados como objeto de análise para identificação do que se pode chamar de zonas de interdito, ou seja, aqueles temas sobre os quais não se pode ou não se consegue falar.[105]

A calma que se deve manter diante dos períodos de silêncio é a mesma que convém utilizar para não interromper o entrevistado enquanto fala. Digamos, por exemplo, que, durante o relato de um caso, ocorra ao entrevistador uma nova questão, seja para esclarecer determinada passagem, seja para aprofundar um ponto pouco explorado. Se o entrevistador interromper o depoente, é possível que este último acabe esquecendo aquilo que iria dizer antes de ser interrompido, perdendo-se talvez informações importantes para a entrevista. Para evitar tais situações, convém que o entrevistador tome nota da questão que lhe ocorreu, sem interromper o entrevistado, e aguarde o momento de conclusão daquela ideia para formular sua pergunta. Há casos, entretanto, em que o fato de interromper o entrevistado pode produzir efeitos positivos. Como a entrevista de história oral se caracteriza por sua forma dialógica, há ocasiões em que um pequeno comentário sobre o que está sendo dito funciona como estímulo para o entrevistado continuar sua narrativa e contribui para estabelecer o clima de cumplicidade da entrevista. Digamos, por exemplo, que o entrevistador interrompa a narrativa lembrando o apelido de determinada pessoa sobre a qual o entrevistado estava falando. Trata-se de uma interrupção pequena e pitoresca que pode reforçar a cumplicidade entre ambos. O entrevistado pode se sentir gratificado pela oportunidade de se lembrar daquele apelido e prosseguir seu depoimento mais estimulado, o que enriquece a entrevista.

Como a entrevista de história oral constitui uma conversa, deve-se respeitar também as ocasiões em que o próprio entrevistado pode estar solicitando ser interrompido. Isso ocorre quando, em seu relato, encontra dificuldades em precisar fatos, datas, nomes etc., hesitando antes de definir o que quer dizer. Nesses casos, convém vir em seu auxílio e esclarecer a dúvida, ou ainda admitir que também não

se tem conhecimento exato a respeito.

Quando se recomenda não interromper o entrevistado, isso deve ser tomado mais como orientação do que como regra. Novamente, cabe ao entrevistador colocar em prática sua sensibilidade para saber que atitude tomar em cada situação. O exercício dessa sensibilidade é tanto mais fácil quanto maior a experiência do entrevistador na condução de entrevistas e na apreensão do estilo de cada entrevistado em particular. Assim, se a interrupção de determinado relato se mostrar prejudicial, esse "erro" cometido pelo entrevistador serve de aprendizado para as próximas ocasiões, o que significa dizer que é fazendo entrevistas que se aprende a fazê-las.

7.3.2 Como conduzir a entrevista

Uma vez tendo fixado o papel dos entrevistadores em uma entrevista de história oral, tratemos agora de alguns aspectos que dizem respeito ao "como fazer" a entrevista: o que dizer, como dizer, como ouvir. Na literatura sobre história oral, é possível encontrar autores que defendem diferentes práticas de realização de entrevistas, desde aquelas em que o entrevistador apenas liga o gravador e ouve o relato do entrevistado, passando por modalidades mistas de condução da entrevista (uma primeira parte em que o entrevistador apenas ouve e, em seguida, propõe questões para discussão), até aquelas em que se formulam perguntas que dirigem o andamento do depoimento. No Programa de História Oral do Cpdoc optamos por adotar a prática do diálogo entre entrevistado e entrevistadores, com maior peso e espaço para a fala daquele. Isso implica que o entrevistador ouve muito, mas também conduz a conversa; ou seja: também fala. Essa opção pela entrevista diretiva se baseia na crença de que uma entrevista conduzida em forma de conversa, na medida do possível prolongada, produz melhores resultados do que aquela em que o pesquisador não intervém diretamente.

Há pessoas que nos perguntam se a atuação do entrevistador ao conduzir uma entrevista não compromete a imparcialidade do depoimento, uma vez que se leva o entrevistado por caminhos traçados pela pesquisa, em vez de deixá-lo falar espontaneamente. É evidente que isso acontece, e sabemos que não há como fugir a isso em trabalhos com a história oral e em pesquisas históricas em geral. Se admitirmos a interferência de nossa própria visão do objeto de estudo na forma de conduzir uma pesquisa, teremos andado meio caminho em direção à "objetividade científica" na história e nas ciências sociais. E, como reverso da objeção que se faz a entrevistas diretivas, diríamos que a atitude e a presença do pesquisador naquelas que não são dirigidas também intervêm no conteúdo e na forma do depoimento. O entrevistado solicitado a discorrer livremente sobre certo assunto pode orientar sua narrativa de acordo com o que imagina que seu ouvinte queira ouvir e de acordo com a postura, a expressão, o comportamento do pesquisador.

Se optamos por entrevistas diretivas, isso não quer dizer que o façamos sem maiores cuidados. Ao contrário, conduzir uma entrevista procurando reduzir as influências do pesquisador sobre o depoimento requer muita atenção na hora de falar. Assim, se o que nos interessa é a experiência e a visão do entrevistado sobre o passado, não cabe, em uma entrevista de história oral, induzir o depoente a concordar com nossas próprias ideias sobre o assunto. Isso significa que se deve cuidar para formular perguntas abertas, que forneçam espaço para o entrevistado expor seu ponto de vista, independente de uma direção previamente traçada.

Assim, por exemplo, ao invés de "O senhor acha que o general X agiu dessa forma porque estava comprometido com os fazendeiros da região?", teríamos: "A que o senhor atribui o fato de o general X ter agido dessa forma?". Observe-se que a primeira pergunta pode levar o entrevistado a dizer apenas "sim" ou "não", ou, quando muito, a acrescentar uma justificativa para a resposta, do tipo "Não, porque o general não se importava com os fazendeiros". A segunda pergunta, ao contrário, não fornece direção *a priori* para a resposta e se abre para qualquer caminho que o entrevistado queira seguir. Desse modo, deve-se atentar para não introduzir nas perguntas elementos que sugiram o percurso das respostas, e muito menos usar de malabarismos que deixem o entrevistado sem alternativa. Tais procedimentos devem ser reservados a outros tipos de entrevista, e não aos propósitos da história oral.

Uma vez tendo obtido do depoente sua resposta à questão formulada, pode acontecer que o entrevistador ainda queira discutir sua própria opinião a respeito. Nesse caso, ele pode lançar mão da pergunta fechada, mas com cuidado para conservá-la flexível: "Mas o senhor não acha que o general X também agiu assim porque estava comprometido com os fazendeiros da região?". Dessa forma, e somente após ter dado espaço para a visão do entrevistado, o pesquisador estará colocando o tema em discussão, abrindo novas possibilidades de abordagem.

Além de evitar que o entrevistado seja induzido a responder aquilo que o entrevistador deseja, o emprego de perguntas abertas funciona como recurso para que o entrevistado efetivamente fale — e fale bastante — sobre o que se pede. Perguntas que podem ser respondidas apenas com "sim" ou "não" geralmente não fornecem estímulos para seu desenvolvimento, o que pode constituir problema se o entrevistado é pouco falante. Em vez de perguntar "O senhor participou da Revolução de 30?", talvez seja mais produtivo usar "O que o senhor fez durante a Revolução de 30?".

Ao lado das perguntas abertas, há outras formas de incentivar o depoimento, como procurar ancorar as questões a documentos de época (fotos, artigos de jornal etc.) e a fatos específicos. Uma referência a um fato concreto pode ajudar na recordação do passado e permite o desdobramento da

resposta por meio de associações com outros fatos. Assim, em vez de perguntar genericamente “O que o senhor achou do governo de Fulano de Tal?”, pode ser mais produtivo remeter-se a um decreto, a uma greve ou à composição do ministério naquela gestão. Outra forma de estimular as respostas é retomar referências que o entrevistado tenha feito e que possam ser usadas como ganchos para novas questões. Assim, por exemplo: “O senhor falou há pouco que Fulano não pôde subir a seu apartamento por falta de elevador e que o senhor teve de descer os nove andares no escuro. Era muito frequente a falta de energia naquela época?”. O recurso a fatos concretos não quer dizer que se devam abandonar as questões generalizantes. Ao contrário, elas podem ser de grande valia em momentos de análise de conjunturas e de elaboração de sínteses, por exemplo.

Na reconstituição de acontecimentos e conjunturas do passado no contexto de uma pesquisa de história oral, é muito útil poder contar com versões detalhadas de cada entrevistado, para ampliar a margem de comparação dos depoimentos entre si. Assim, cabe aos entrevistadores cuidar para que as questões relevantes para a pesquisa sejam desenvolvidas extensivamente, propondo diferentes ângulos de abordagem, fazendo perguntas que forneçam detalhes que confirmem ou não aquilo que o entrevistado acabara de dizer, enfim, cercando aquele tema com vistas ao por quê?, o quê?, onde?, quando?, como?, quem? etc. Mas atenção: ao fazer essas diversas perguntas, deve-se cuidar para não interrogar o entrevistado sobre aquilo que já tenha dito. Ou seja: se, em meio a seu relato, disser que a passeata X foi na avenida Rio Branco, não se vá perguntar adiante onde foi a passeata X. Isso é óbvio, mas muitas vezes pode ser esquecido e é preciso antes de tudo saber ouvir para poder perguntar. Ouvir com atenção evita que se pergunte sobre algo que já tenha sido dito e permite identificar, no discurso do entrevistado, os pontos importantes que podem se transformar em belas perguntas adiante.

Outro aspecto a ser considerado é a formulação de perguntas curtas, simples e diretas. Devem-se evitar introduções extensas antes de enunciar a pergunta propriamente dita, porque elas geralmente dão uma impressão de formalidade, podendo prejudicar a relação de entrevista. É preferível ser simples e direto, aproximando o ritmo da entrevista daquele de uma conversa. Questões longas, com muitos itens, também devem ser evitadas, sendo mais conveniente proceder a seu desdobramento, perguntando uma coisa de cada vez, de modo que o entrevistado não se sinta extenuado antes mesmo de começar a responder.

Além de saber ouvir e de formular perguntas, o entrevistador deve aprender a lidar com alguns elementos recorrentes em entrevistas de história oral e que variam em função do estilo do entrevistado. São eles as repetições, os avanços e recuos e a falta de cronologia. Os três últimos já foram tratados no capítulo sobre a preparação de entrevistas, quando enfatizamos a necessidade de tomar os roteiros de modo flexível. Se o entrevistado avança, recua ou não segue a cronologia em sua narrativa, isso não deve constituir problema para o entrevistador acompanhar a entrevista e continuar a conduzi-la. Uma entrevista de história oral é também repleta de repetições. Repetem-se temas, fatos, expressões. Numa entrevista com mais de uma sessão, é muito comum constatarmos que um mesmo tema é tratado mais de uma vez, em dias diferentes. O próprio entrevistador pode ser responsável por isso, quando solicita esclarecimentos sobre assuntos já tratados. O entrevistado também é gerador de repetições, e é muito interessante verificar que tipo de acontecimentos e expressões se repetem, como se estivessem cristalizados em sua narrativa. Por exemplo, determinadas expressões-chave em forma de ditados que começam a se revelar recorrentes, mesmo aplicadas a ocasiões distintas. Ocorreu-nos, por exemplo, entrevistar uma pessoa que empregava recorrentemente uma espécie de máxima ao se referir à administração de diferentes governos. Dizia que Fulano “se servia do povo, ao invés de servir o povo”, ou então que Fulano efetivamente “servia o povo e não se servia do povo”. Tal expressão, ao se tornar frequente, mostra seu caráter fixo na visão de mundo do entrevistado, permitindo que seja incorporada à análise de sua interpretação do poder.

Um entrevistador atento percebe quando as repetições refletem cristalizações de determinadas maneiras de ver o mundo. Elas podem ocorrer também com relação a episódios do passado. Determinado acontecimento, por exemplo, pode ser relatado pelo entrevistado em sessões diferentes, mas sempre da mesma forma, incluindo seus detalhes. Isso acontece em função do caráter estável que aquela história adquiriu no conjunto da experiência de vida, à medida que foi sendo narrada repetidamente depois de ter acontecido. Também ocorre de o entrevistado repetir episódios por esquecer que já falou a respeito. Ele então começa a contar o caso como se os entrevistadores não o conhecessem. Tais repetições, se não oferecerem maior interesse, podem ser gentilmente interrompidas com enunciações do tipo “O senhor já nos contou sobre isso”. Entretanto, é sempre bom, antes de interromper o entrevistado, procurar verificar se aquilo que no momento nos conta sobre o episódio pode vir acrescido de novas informações ou de comentários importantes, que modifiquem a primeira versão fornecida. Nesse caso, é preferível aguardar que conclua seu raciocínio.

As repetições devem ser tratadas com cuidado durante a condução de entrevistas de história oral. Elas podem ser importantes por indicarem cristalizações e recorrências na forma de o entrevistado conceber o mundo, e podem vir acompanhadas de novas abordagens sobre o assunto já tratado, fazendo o entrevistado lembrar de aspectos que anteriormente não tinha mencionado. Tanto elas como os avanços e recuos devem ser respeitados como características do depoimento. Não cabe ao entrevistador imprimir-lhes sua própria lógica sem antes avaliar cuidadosamente os efeitos de sua interferência.

7.3.3 Auxiliando no tratamento da entrevista gravada

Quando se conduz uma entrevista de história oral, deve-se ter em mente que aquela gravação passará por uma série de etapas e será aberta ao público. Assim, com o objetivo de facilitar seu tratamento e de fornecer aos futuros pesquisadores um documento compreensível, é preciso observar alguns aspectos importantes.

Em primeiro lugar, ao iniciar uma sessão de entrevista, o entrevistador deve gravar os dados relativos a ela. No Cpdoc, utilizamos uma fórmula semelhante a esta: “Rio de Janeiro, 10 de julho de 1988, segunda entrevista com Fulano de Tal, a cargo dos pesquisadores tais e tais, no contexto do projeto tal, desenvolvido pelo Cpdoc da Fundação Getulio Vargas”. Pode-se acrescentar ainda o local da entrevista (se estamos no escritório do entrevistado, em sua casa, ou nas dependências do programa, por exemplo), ou outros dados julgados relevantes. As vantagens de se iniciar a gravação com essa espécie de cabeçalho são muitas: desde a organização do arquivo sonoro, passando pelo controle da transcrição, até o acesso a essas informações durante a consulta. Se um programa não adotar essa prática, à medida que ampliar seu acervo irá se deparar com um grande volume de mídias gravadas, sem condições de saber de que entrevistas se trata, quando e por quem foram feitas etc. A cada nova sessão, deve-se repetir o “cabeçalho”, informando o novo número da entrevista.

Tomada essa medida, inicia-se a entrevista dirigindo-se a primeira pergunta ao entrevistado. No decorrer da conversa, e também com vistas a não dificultar a escuta e o processamento do depoimento, convém evitar falas superpostas. É bom sempre esperar o entrevistado parar de falar para fazer nova pergunta ou tecer um comentário, caso contrário, no momento de ouvir ou transcrever a entrevista, torna-se mais difícil identificar o que cada um falou, correndo-se o risco de perder o fim do enunciado do depoente. Do mesmo modo, caso o entrevistado comece a falar enquanto ainda estamos formulando uma pergunta, convém parar de falar para que apenas a voz dele seja gravada. Em seguida, se necessário, esperamos que encerre seu pensamento para refazer a pergunta antes interrompida. Esses são cuidados que se mostram indispensáveis nos momentos em que o depoimento é transcrito e em que é feita a conferência de fidelidade da transcrição. É durante a realização dessas tarefas que o responsável por elas percebe o quanto é difícil decifrar tudo o que foi dito quando entrevistado e entrevistador falam ao mesmo tempo.

Outro tipo de precaução que se deve tomar durante a realização de entrevistas diz respeito às anotações que vão servir de apoio para a consulta do depoimento, ou para a tarefa de conferência de fidelidade da transcrição. Durante a entrevista, convém tomar nota dos nomes próprios que o entrevistado proferir, sobretudo daqueles sobre os quais não se tem conhecimento. Pode acontecer, por exemplo, de o entrevistado citar um professor de nome Álvares. Durante a escuta do depoimento, pode ser que se ouça Alves ou Álvaro, em vez de Álvares. A lista de nomes elaborada durante a entrevista ajuda a esclarecer a questão, evitando-se ter de recorrer ao entrevistado para verificar o nome correto do professor, ou ainda impedindo que a entrevista seja aberta ao público com uma informação incorreta.

Além dos nomes próprios (de pessoas e de lugares), convém anotar também as palavras proferidas de forma pouco clara e que possam causar dificuldade na escuta do depoimento. Nesses casos, é bom escrever a frase ou um trecho da frase em que a palavra aparece, para facilitar a consulta à anotação feita. Se, por exemplo, o entrevistado disser a palavra “zênite” de forma pouco clara, sua anotação deve vir acompanhada do trecho de frase em que aparece, para não ficar solta em meio às outras observações, dificultando sua localização na entrevista. Assim, cabe escrever a frase proferida, “os atores saem lá do zênite cá para baixo”, sublinhando a palavra que pode gerar dúvidas.

As anotações feitas durante a entrevista devem conter também todo tipo de observação que facilite as tarefas de tratamento do depoimento. Assim, por exemplo, se a gravação for interrompida por alguma razão especial — digamos que o entrevistado tenha feito um gesto solicitando que se desligasse o gravador, ou ainda que tenha atendido a um telefonema sobre o qual se venha a falar em seguida, retomada a entrevista —, cabe ao entrevistador anotar a ocorrência, procurando registrar em que altura do depoimento ocorreu a interrupção. Isso permitirá uma nota de orientação à escuta da entrevista, a ser também incluída no documento transcrito, informando a especificidade daquela interrupção.

Em entrevistas gravadas apenas em áudio, as expressões faciais e os gestos que acompanham a fala do entrevistado e que incidem sobre o significado de sua enunciação também merecem ser anotados. Se, por exemplo, o entrevistado disser “Fulano tinha uma cicatriz bem aqui”, o entrevistador deve registrar, em suas anotações, o local da cicatriz, para que se possa elaborar uma nota a respeito quando o documento estiver sendo tratado. O mesmo se aplica a tamanhos e cores. Uma cor pode ser referida, por exemplo, com enunciações do tipo “O uniforme era dessa cor aqui”, e os tamanhos podem ser informados com gestos: “Era mais ou menos desse tamanho”.

Convém que as palavras e situações sejam anotadas em forma de lista, de modo que a ordem em que aparecem na folha de anotações corresponda à ordem em que ocorreram durante a gravação. Isso facilita sua localização durante o tratamento da entrevista, pois à medida que o responsável pelas tarefas vai ouvindo o depoimento, encontra, na folha de anotações, as informações de que precisa.

Exemplos de folhas de anotações feitas durante entrevistas

Josilene Brandão da Costa

6/10/05

14 set. 68 – Salôbo – Bacabal – MA

quem morava na comunidade?

1974 – expulsos

1987 – II Encontro Mun. Negros

1997 – começa a atuar no mov.

nome da mãe ?

" tio?

2000 – Aconeruq

mulheres quebradeiras de coco

35 lutas ←——→ comunidade –

Bacabal – alfabetização

Mª Piedade Ribeiro da Costa

Luis Florencio "

Adélia – casou 4 [illegible] do P1 Hermínio

Felipe Dias Brandão

Colonização

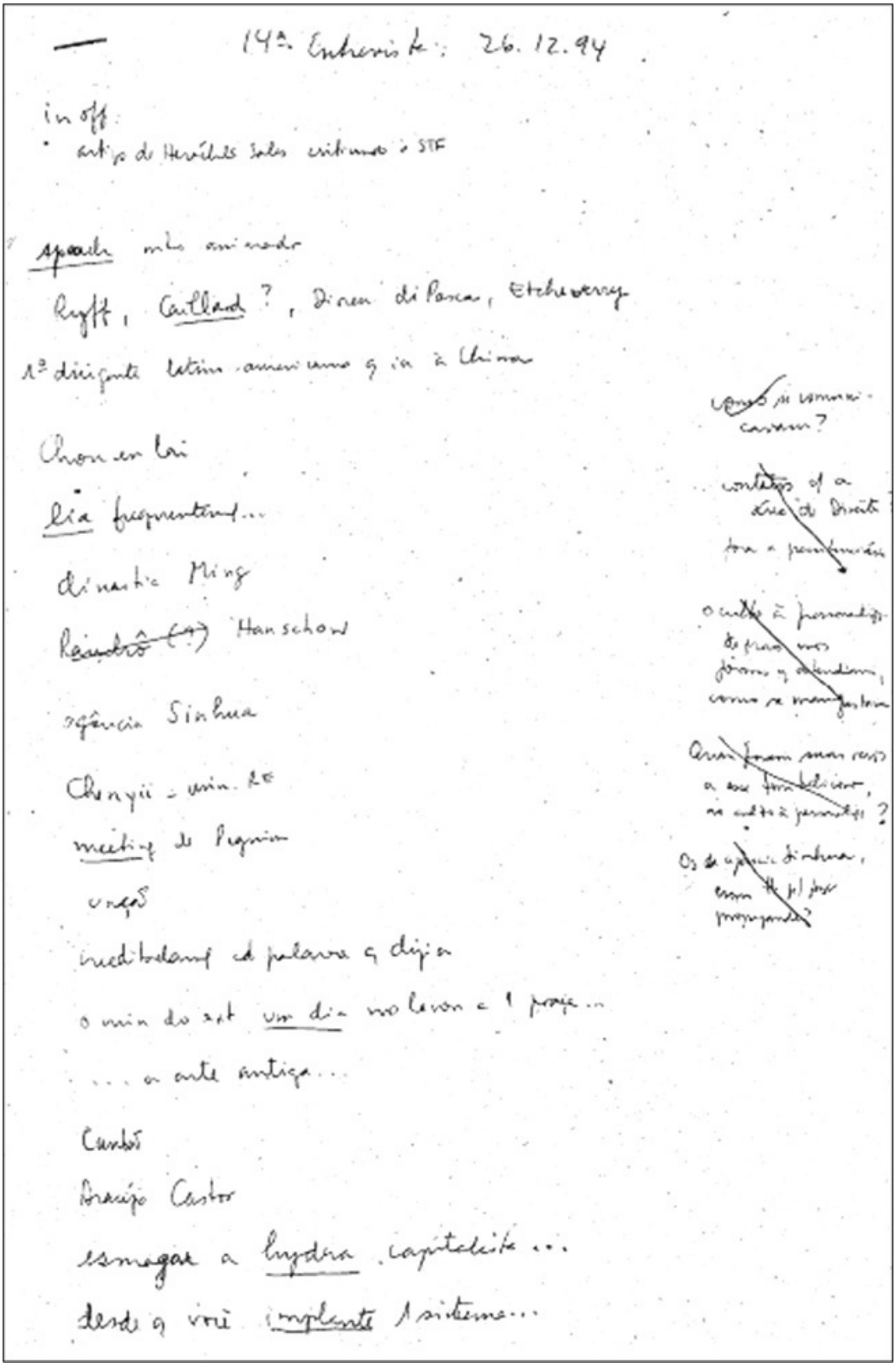
Trizidela

Mearim

Rua do Tucum

B. da Mangueira

Bairro da [illegible]



Em determinadas situações, caso não seja inconveniente interromper o entrevistado, pode-se registrar, na própria gravação, os esclarecimentos necessários à compreensão de determinado trecho. Assim, quando o entrevistado enunciar o nome de seu professor, pode-se repeti-lo em forma de pergunta para deixar claro, na gravação, que se trata de Álvares e não de Alves ou Álvaro. No caso da palavra proferida de forma pouco clara, pode-se perguntar: “Os atores saem de onde? Do zênite?”. “Sim, do zênite.” O local da cicatriz pode ser traduzido: “Na testa”, por exemplo. Se o entrevistado fizer um gesto indicando uma cor, pode-se dizer a cor apontada; se mostrar um tamanho com as mãos, pode-se sugerir, em voz alta, sua medida: “Aproximadamente 40 centímetros?”. Assim se estará traduzindo em palavras os elementos não verbais que completam o sentido do que o entrevistado diz. Muitas vezes, contudo, tais interferências podem parecer redundantes, sendo então preferível optar pela anotação.

Outra interrupção com vistas a facilitar a escuta e o processamento da entrevista pode se dar

quando o entrevistado enuncia nome ou palavra estrangeira de difícil compreensão. Nesses momentos, é possível optar por interromper a narrativa para pedir que soletre o nome enunciado. Antes de fazê-lo, contudo, convém se perguntar se aquela interrupção não poderá desviar o entrevistado do rumo de seu pensamento anterior, prejudicando o encadeamento do relato. Caso não se queira correr o risco de interferir prejudicialmente na narrativa, deve-se anotar a palavra proferida, escrevendo-a de forma aproximada ao que foi ouvido, e aguardar o momento de esclarecer a grafia correta com a ajuda do entrevistado.

Geralmente convém reservar os minutos finais da entrevista para checar, com o depoente, a lista de nomes e palavras desconhecidas elaborada ao longo da entrevista. Assim, já com o gravador desligado, pode-se completar e corrigir as anotações feitas naquela sessão, aproveitando que os assuntos estão frescos na memória e que o entrevistado se lembra do contexto em que aquelas palavras foram proferidas.

7.4 Retornando ao caderno de campo

É recomendável que o pesquisador se ocupe do caderno de campo logo após a entrevista, nele registrando suas ideias e impressões sobre o que aconteceu. Ele pode começar com um exercício retrospectivo, escrevendo tudo o que se passou desde o início da entrevista, e intercalando o relato com observações acerca das reações do entrevistado e de suas próprias expectativas com relação ao depoimento. Uma narrativa retrospectiva permite avaliar o que mudou: que informações importantes modificaram a conduta do pesquisador e sua concepção do objeto de estudo, fazendo com que saísse da entrevista de modo diferente do que quando nela entrou; quais perguntas e/ou observações modificaram o comportamento do entrevistado, alteraram o tom que imprimia à narrativa ou resultaram em informações relevantes; enfim, o que efetivamente aquela entrevista trouxe de novo (ou não) para a pesquisa.

Pode ser útil ao pesquisador consultar o roteiro parcial daquela sessão e as anotações feitas durante a entrevista para recuperar o clima que se estabeleceu, os momentos problemáticos e os pontos significativos do depoimento, de modo a explorar exaustivamente aquele encontro no caderno de campo.

Além de permitir uma avaliação da entrevista realizada, verificando-se até que ponto foi bem-sucedida, a prática do caderno de campo contribui para arrumar as ideias para as novas sessões, detectando-se áreas a serem aprofundadas, questões não resolvidas e novas perguntas. O exercício de reflexão também constitui passo importante para articular os resultados obtidos com o projeto de pesquisa como um todo. Escrever no caderno de campo as impressões e ideias decorrentes da entrevista é, portanto, praticar a reflexão em torno do objeto de estudo.

Por se constituir em um exercício muito individual, não há receita para se escrever o caderno de campo, a não ser a recomendação de se procurar ser o mais sincero e perspicaz possível na reconstituição do que se passou. Há, entretanto, certos aspectos a serem observados no sentido da organização formal do que se escreve. Como o caderno de campo poderá ser consultado mais tarde pelos outros membros da equipe e pelo pesquisador que nele escreveu suas impressões, convém lançar mão de recursos que permitam a rápida identificação dos trechos: dividir o relato em subtítulos e convencionar destaques gráficos para os temas tratados, de modo que seja possível distinguir, por exemplo, os comentários sobre o andamento da entrevista, os trechos de reflexão sobre o objeto de estudo e aqueles em que se registram ideias para as próximas sessões de entrevista. No mesmo sentido, é preciso não esquecer as informações sobre o número da entrevista, a data, o local etc., para não misturar os registros de sessões diferentes e permitir a rápida localização do material após arquivado. Além disso, convém que o pesquisador se identifique no caderno de campo, assinando seu relato ou simplesmente anotando seu nome. Essas medidas se justificam diante do volume de material que um programa pode acumular ao longo dos anos, considerando-se inclusive a possibilidade de a equipe ser alterada.

8. Encerramento de uma entrevista

Uma vez tendo coberto as fases de preparação e realização de uma entrevista, passemos agora rapidamente pelas implicações de seu encerramento. O que fazer quando, depois de alguns encontros com o entrevistado, é chegada a hora de encerrar aquela relação, reiterar os agradecimentos e se despedir? Como escolher esse momento? Quando e como dar a entrevista por concluída?

8.1 Quando encerrar

Em situações normais de realização de entrevista, quando a continuidade do depoimento não é afetada por circunstâncias alheias à vontade dos entrevistadores, é a eles que cabe decidir sobre o momento de encerrar aquela relação. As circunstâncias alheias podem ser de diversos tipos, desde a recusa do entrevistado em prosseguir a entrevista, passando por sua transferência para lugares de difícil acesso

(digamos que tenha ido morar fora do país), até eventualmente — e infelizmente — sua morte.

Mas deixemos de lado essas situações particulares, para ingressar na questão que efetivamente importa neste item: quando encerrar uma entrevista? Em se tratando de uma decisão dos entrevistadores, claro está que devem estar preparados para tomá-la. Não trataremos das entrevistas que se realizam com apenas uma sessão, porque, nesses casos, a decisão sobre seu final vem acompanhada de outras circunstâncias importantes: o tempo decorrido — que não pode ser excessivo, sob pena de cansar entrevistado e entrevistadores —, ou o andamento da conversa — que pode se encaminhar para um desfecho que coincida adequadamente com o final da sessão.

Para reconhecer o momento de encerrar uma entrevista que se prolonga por mais de duas sessões deve-se tomar seu roteiro e verificar se todos os pontos foram cobertos, se não há alguns que poderiam voltar a ser explorados à luz de novas declarações do entrevistado, ou se não vale a pena retomar outros sobre os quais o depoente não tenha querido falar anteriormente. Em seguida, com base nos debates com os outros membros da equipe e no andamento da pesquisa como um todo, convém se perguntar se não haveria outras questões a serem colocadas ao entrevistado, das quais não se tenha cogitado durante a elaboração dos roteiros, e que, por força dos rumos da pesquisa, igualmente merecem atenção. Um documento antes não consultado ou uma declaração feita por outro depoente podem exigir a formulação de novas perguntas ao entrevistado, a fim de que se possa comparar sua versão com as novas fontes. No mesmo sentido, vale reler atentamente o caderno de campo para certificar-se de que todas as ideias suscitadas pela reconstituição de cada entrevista foram consideradas, e verificar se aquelas que podiam se transformar em novas perguntas tiveram seu destino cumprido.

Pode ser útil também recorrer ao conceito de “saturação” e aplicá-lo ao caso de uma única entrevista. Já nos referimos a esse conceito quando tratávamos do número de entrevistados necessário para o desenvolvimento de uma pesquisa de história oral (cap. 1). Trata-se, *grosso modo*, de encerrar a realização de entrevistas após ter sido atingido o ponto em que os novos depoimentos começam a se tomar repetitivos em relação aos que já foram feitos. Quando se trabalha com uma entrevista longa, especialmente as de história de vida, em que se procura, entre outras coisas, compreender a relação do entrevistado com o mundo e com seu passado, pode ser interessante incorporar o conceito de saturação aos critérios que vão determinar o encerramento da entrevista. Ou seja, além de esgotar os pontos do roteiro e as demais questões julgadas relevantes, é possível verificar quando a visão que o entrevistado tem sobre o mundo e sobre sua experiência de vida começa a se repetir, a ponto da entrevista não trazer mais nada de substancial àquilo que já foi gravado. Esse seria o ponto em que aquele investimento começa a se saturar. Entretanto, em virtude da riqueza de uma entrevista de história oral e do muito que ela tem de imponderável, é preciso extremo cuidado para não diagnosticar uma saturação quando não se explorou todo seu potencial.

Em entrevistas temáticas e nos cortes temáticos que se fazem em entrevistas de história de vida (por exemplo: dedicar algumas sessões da entrevista para tratar extensivamente da atuação do entrevistado na presidência de determinado órgão), é possível também que se detecte, após horas de conversa, uma certa saturação do tema. Isto é: indagado de diversas maneiras e a partir de diferentes ângulos de abordagem, o entrevistado não tem mais nada a acrescentar sobre aquele assunto; verifica-se que seu discurso começa a se repetir. O conceito de saturação, então, além de poder ajudar na decisão sobre quando encerrar uma entrevista, pode indicar o momento de se mudar de assunto e propor novo tema ao entrevistado.

Decidir sobre o momento de encerrar uma entrevista pressupõe, então, uma avaliação de seu rendimento; verificar se aquele trabalho efetivamente rendeu o máximo que podia, dados os propósitos da pesquisa e os limites do entrevistado. É nessa oportunidade também que os entrevistadores devem se perguntar pela última vez sobre seu desempenho, seus próprios limites, e verificar se algumas questões não poderiam ser retomadas com mais afinco, para delas obter um depoimento mais completo; por exemplo, se não deixaram passar informações ou declarações importantes sem investigá-las mais profundamente.

8.2 Como encerrar

Uma vez que os próprios entrevistadores têm consciência dos objetivos da entrevista, isto é, daquilo que afinal querem saber do entrevistado, não lhes é difícil perceber quando a entrevista está chegando ao fim. À medida que o roteiro vai sendo coberto e que resta pouca coisa a perguntar, à medida que as narrativas do entrevistado sobre sua experiência e seu passado começam a se repetir, evidenciando zonas de estabilidade em sua concepção do mundo, então os entrevistadores podem prever aproximadamente quantas sessões ainda faltam para concluir o depoimento.

O entrevistado, entretanto, pode não ter conhecimento disso, já que não sabe o que consta no roteiro, desconhece a extensão do interesse dos entrevistadores e, sendo a entrevista semelhante a uma conversa em que um assunto puxa outro, pode imaginar que aquela relação tem tudo para se prolongar indefinidamente, sendo pouco provável que se encerre por falta de assunto. Assim, se antes os entrevistadores procuravam de toda forma imprimir um cunho informal à relação, estimular o entrevistado a falar, e mostravam interesse em praticamente tudo o que era dito, revelando que

estavam, acima de tudo, dispostos a ouvir, agora seu procedimento é quase o oposto: trata-se de mostrar ao entrevistado que a entrevista está chegando a seu fim, que não se encontrarão mais toda semana, enfim, que o interesse que tinham foi saciado.

Alguns entrevistados podem se sentir aliviados diante do encerramento da entrevista. Se for uma pessoa ocupada, pode enfim deixar de pensar naquele compromisso semanal; se o esforço de repensar o passado tiver sido penoso, pode finalmente voltar ao presente sem a obrigação de dedicar algumas horas por semana àquela parte de sua vida que prefere esquecer; enfim, se o tema sobre o qual foi entrevistado nunca lhe pareceu tão importante, pode afinal descansar do esforço de tentar responder àqueles pesquisadores tão bem inteirados do assunto. Outros entrevistados, entretanto, podem mesmo sentir muito o rompimento daquela relação que lhes permitia falar sobre o que quisessem, reviver episódios esquecidos, refletir sobre si mesmos e garantir a sobrevivência de suas ideias muito além do imaginado: estavam ali as gravações, que seriam trabalhadas e pesquisadas por várias gerações.

Num caso como no outro, os entrevistadores são capazes de perceber, com base naquilo que aprenderam sobre o estilo e as expectativas do entrevistado, como o encerramento da entrevista será recebido. Se o entrevistado lhes parecer muito envolvido com a entrevista, importando-se com seu andamento e com a relação estabelecida, convém prepará-lo com alguma antecedência para a possibilidade de terminar o depoimento. Assim, nas duas ou três sessões anteriores à última, talvez seja bom fazer ligeiros comentários indicando a proximidade do encerramento: ao final das sessões, ao reiterar os agradecimentos, pode-se observar que já se está chegando ao final, que resta pouca coisa a tratar, ou que em mais dois ou três encontros se terá liquidado tudo o que ainda falta. Essas breves observações, feitas em meio às despedidas costumeiras, permitem que o entrevistado se acostume com a ideia, evitando ser surpreendido quando efetivamente se encerrar a entrevista. Já nos casos em que se pressupõe, pela atitude do entrevistado, que o final da entrevista possivelmente será de seu agrado, o aviso pode ser dado com menos antecedência, bastando talvez informá-lo, na penúltima sessão, que o depoimento se encerrará provavelmente no próximo encontro.

Dado o aviso, os entrevistadores devem se preparar para a última entrevista. Prepara-se o roteiro parcial da última sessão, incorporando-lhe as questões de esclarecimento, os pontos a serem retomados e aqueles que tenham ocorrido durante a avaliação da entrevista. Convém prever um espaço para que o entrevistado tenha oportunidade de retomar, ele mesmo, algumas questões, fazer esclarecimentos e emitir opiniões sobre a entrevista e seu conteúdo. É hora de permitir que ele também faça um balanço do que foi dito e destaque aquilo que julgar importante.

Uma vez preparados para a última sessão, pode acontecer de os entrevistadores se surpreenderem ao verificar, no decorrer da conversa, que aquela não será a sessão de encerramento. Isso ocorre, por exemplo, quando uma questão de esclarecimento provoca um desenvolvimento maior do que o esperado, suscitando outras formas de abordagem ou ainda informações importantes, ou quando, ao emitir suas opiniões finais, o entrevistado acaba se lembrando de outros episódios, faz associações relevantes etc., exigindo novas investigações. Nesses casos, convém transferir o final do depoimento para a sessão seguinte e se adaptar ao novo estado de coisas, prosseguindo a conversa como de costume.

Entre as providências a serem tomadas quando se aproxima o final de uma entrevista está a carta de cessão de direitos sobre o depoimento, que os pesquisadores devem levar para a última sessão, a fim de que seja assinada pelo entrevistado.

8.3 Carta de cessão

Ao final da última sessão, desligado o gravador, feitos os esclarecimentos de praxe sobre nomes e palavras enunciados durante a entrevista, é hora de iniciar as despedidas, reforçar os agradecimentos e apresentar ao entrevistado a carta de cessão de direitos, elaborada previamente pelos pesquisadores: “Como havíamos dito ao senhor (ou à senhora), nós precisamos de uma assinatura sua cedendo a entrevista ao programa, para que ela possa ser consultada pelos pesquisadores que nos procuram. Este é o documento de cessão. O senhor, por favor, leia, verifique se os dados estão corretos e assine aqui embaixo”.

Este é um momento bastante delicado, porque, mesmo tendo sido informado sobre a carta de cessão desde o primeiro encontro, o entrevistado pode sentir o peso da responsabilidade de tudo o que tenha dito e hesitar em permitir que aquilo se torne público. Além disso, a assinatura é um ato carregado de sentido em nossa sociedade. Não é à toa que todos aprendemos a não assinar um documento sem antes ler seu conteúdo e ter ciência de seu destino. Assim, por mais que a relação de entrevista tenha decorrido em clima amigável e de cumplicidade mútua, havendo poucas razões para o entrevistado desconfiar dos pesquisadores, o momento de assinar a carta de cessão pode ser desconfortável para o depoente.

Os entrevistadores podem procurar minimizar esse incômodo observando que aquilo tem apenas um conteúdo burocrático, o qual infelizmente deve ser obedecido, e sugerindo, com isso, que a relação estabelecida não será afetada por uma formalidade como aquela. Entretanto, isso pode não ser suficiente para desviar o entrevistado de suas preocupações e pode acontecer de ele querer impor algumas condições para liberar o documento. Inicia-se, então, um período de negociação, que deve ser

conduzido com todo respeito.

Para facilitar o acordo, os entrevistadores devem saber colocar-se no lugar do entrevistado. Com base em tudo o que aprenderam a seu respeito e sobre seu estilo de vida, podem procurar descobrir onde efetivamente está o problema e por que seu interlocutor está reticente em assinar o documento. Com isso, pode ser mais fácil negociar a cessão do depoimento, principalmente porque o entrevistado passa a perceber que suas preocupações são compreendidas pelos pesquisadores, neles reconhecendo dois aliados, ao invés de dois inimigos. O importante, nesse momento, é mostrar ao entrevistado que a relação mantida até então não se alterou, que a sinceridade e a honestidade continuam a imperar na intenção dos entrevistadores.

Entre as condições impostas pelo entrevistado podem estar a alteração dos termos da carta de cessão, o acréscimo de observações que restrinjam o alcance do que está escrito, a disposição de permanecer com o documento por alguns dias a fim de melhor analisá-lo antes de assinar, e a condição de apenas concordar com a cessão depois de examinar a entrevista transcrita. Se a negociação caminhar para qualquer uma dessas hipóteses, os entrevistadores devem acatá-la de bom grado, a fim de evitar que o entrevistado acabe não cedendo os direitos do depoimento ao programa.

É sempre preferível tentar encaminhar o problema para soluções de curto prazo e procurar marcar logo uma data na qual as condições para a assinatura do documento possam estar cumpridas. Assim, por exemplo, se o entrevistado levar a carta de cessão para casa com o fim de examiná-la antes de assinar, convém acertar o dia em que será devolvida ao programa; se impuser modificações na redação do documento, deve-se marcar um próximo encontro, no qual a nova versão esteja pronta para ser assinada; se preferir primeiro examinar a entrevista transcrita, convém estimar o tempo necessário para seu processamento, a fim de combinar quando se tornará a procurá-lo com a versão final do depoimento. Por fim, se as restrições puderem ser sanadas apenas com a redação de uma nota limitando o conteúdo da carta de cessão, é preferível solicitar que o entrevistado escreva a observação de próprio punho na parte inferior do documento, solucionando de imediato o problema. Dentre as modificações passíveis de serem feitas dessa maneira estariam: limitar a consulta da entrevista a pesquisadores de determinado nível, reservar-se o direito de decidir sobre a publicação do depoimento, embargar trechos da entrevista em que tenha falado sobre determinado assunto e, finalmente, impor prazos para a abertura do documento ao público: “só poderá ser consultado daqui a dez anos”, ou “só poderá ser aberto ao público cinco anos após minha morte” etc.). Feitas essas ressalvas, de próprio punho e na carta de cessão, o entrevistado pode então se sentir mais à vontade para assinar o documento, solucionando de vez o problema.

Nada disso, entretanto, tem validade se o entrevistado não souber assinar seu nome, nem ler o que diz o documento de cessão de direitos. Como fazer nos casos em que o depoente é analfabeto? A impressão do polegar direito certamente não é adequada para resolver o problema. Do mesmo modo que a assinatura, a impressão do polegar carrega consigo conotações específicas em nossa cultura, caminhando em direção à humilhação e à vergonha. Como solução, pode ser conveniente obter a cessão da entrevista em forma de gravação. Ou seja: ao final da última sessão, ainda com o gravador ligado, solicita-se ao entrevistado que ceda ao programa aquele depoimento iniciado no dia tal, prestado aos pesquisadores tais e tais, com tantas horas de gravação, no local Y etc. Ao entrevistado bastaria concordar verbalmente com a cessão, acrescentando ou não ressalvas ao uso que se pode fazer de sua entrevista.

Vejamos agora quais os procedimentos de preparação da carta de cessão, que deve estar pronta antes de os pesquisadores se dirigirem para a última entrevista. Convém que o programa elabore um modelo de carta de cessão de direitos, a ser utilizado cada vez que se encerra uma nova entrevista. Nesse modelo, devem estar previstos os dados do entrevistado, dos entrevistadores e da própria entrevista (data de realização, local etc.). Ao redigi-lo, cabe ao programa estabelecer o alcance da cessão a ser dada pelos futuros entrevistados: se apenas os direitos de abertura da entrevista para consulta, se o uso do depoimento para fins de divulgação do trabalho realizado, se, enfim, os direitos de sua publicação. Convém consultar um advogado para adequar a redação do documento a seus objetivos, garantindo assim sua coerência.

Exemplo de modelo de carta de cessão de direitos

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL
PARA O(A) [NOME DA INSTITUIÇÃO]

1. Pelo presente documento, ...(nome), ... (nacionalidade), ... (estado civil), ... (profissão), Carteira de Identidade nº ....., emitida por ....., CPF nº ....., residente e domiciliado em .....
.....
....., cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo ao(à) [NOME DA INSTITUIÇÃO] a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral prestado no dia (ou entre os dias) ....., na cidade ....., perante os pesquisadores ..... e .....

2. Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

3. Fica pois o(a) [NOME DA INSTITUIÇÃO] plenamente autorizado(a) a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

....., ...
Local, data

[NOME DO CEDENTE] [NOME DA INSTITUIÇÃO]

TESTEMUNHAS:

_____ _____
Nome Legível: Nome Legível
CPF: CPF:

Uma vez dispondo do modelo de carta de cessão, cabe aos entrevistadores preenchê-lo com os dados relativos àquela entrevista nos espaços a eles reservados. Caso não saibam, por exemplo, o número da carteira de identidade e do CPF do entrevistado, ou ainda seu endereço completo e a profissão pela qual costuma se identificar, podem deixar esses espaços em branco, a fim de que sejam preenchidos pelo entrevistado no momento da assinatura do documento. No Cpdoc, solicitamos ao entrevistado que complete a “Ficha para preenchimento da cessão de direitos”, reproduzida no apêndice deste manual (apêndice 5).

Deve-se providenciar também para que sejam impressas duas vias do documento de cessão: uma para o programa e outra para o entrevistado. Se for considerado conveniente, pode-se ainda perguntar ao entrevistado, uma vez assinado o documento, em que cartório tem registro de sua assinatura, para que se possa reconhecer sua firma.

Uma última observação a ser feita diz respeito aos casos em que o entrevistado falece antes de assinar a carta de cessão. Inicia-se então uma negociação com seus herdeiros, que deve ser encaminhada com muita paciência. Possivelmente o entrevistado estava disposto a ceder o depoimento sem restrição alguma, tendo conhecido seus entrevistadores e confiado no programa. Já seus herdeiros

podem ter dúvidas a respeito, receosos da imagem que se fará de seu parente se a entrevista for aberta ao público. Podem julgar, por exemplo, que o entrevistado falou demais sobre certos assuntos, não censurou suas opiniões, ou ainda confundiu fatos e detalhes, denunciando falhas de memória e dificuldades de raciocínio.

É preciso saber respeitar esses cuidados, procurando conduzir a negociação para um desfecho favorável, ou seja, para a assinatura da cessão de direitos, mesmo que ela venha acompanhada de restrições importantes. Se os herdeiros quiserem examinar o depoimento antes de cedê-lo, ou se impuserem restrições para sua consulta e sua publicação, tais condições devem ser respeitadas, caso contrário, corre-se o risco de ficar com aquela entrevista totalmente fechada, o que decididamente não interessa ao programa.

Ao elaborar a carta de cessão a ser assinada pelos herdeiros, deve-se ter o cuidado de nela listar todos os que judicialmente têm poder de decidir a respeito, evitando que o documento fique invalidado pela ausência de uma ou outra assinatura. Quanto à forma de redigi-la, convém basear-se no modelo normalmente utilizado, fazendo apenas as modificações necessárias na identificação do autor da cessão: não mais o próprio entrevistado, mas o conjunto de seus herdeiros, todos identificados de modo completo.

---

[104] Ver capítulo 8.

[105] Ver, por exemplo, POLLAK, Michael. La gestion de 1'indicible. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 62/63, p. 30-53, juin 1986. Do mesmo autor: Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*; 3: Memória, Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.